



Departamento de Sociologia

“Refúgio e género: uma aproximação a realidade da mulher em situação de refúgio em Portugal”

Adriane Ribas Vieira

**Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia**

**Orientadora:
Doutora Elsa Beatriz Padilla, Investigadora CIES - Instituto Universitário de Lisboa**

**Coorientador:
Doutor Alejandro Goldberg, Investigador CIES - Instituto Universitário de Lisboa**

Julho, 2018

Departamento de Sociologia

“Refúgio e género: uma aproximação a realidade da mulher em situação de refúgio em Portugal”

Adriane Ribas Vieira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia

Orientadora:

Doutora Elsa Beatriz Padilla, Investigadora CIES - Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor Alejandro Goldberg, Investigador CIES - Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2018

AGRADECIMENTOS

Com o fechamento deste ciclo e deste importante trabalho, o coração enche-se de gratidão. Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, aquele no qual tudo tornou-se possível, que tem sustentado o caminho até aqui e despertado o olhar para o próximo, afim de buscar a justiça social e lutar pelos direitos humanos.

Agradeço a minha orientadora Prof^a Beatriz Padilla e ao meu coorientador Prof^o Alejandro Goldberg, por todo o apoio sempre. Agradeço pela confiança, incentivo e toda a orientação e acompanhamento neste processo. Sou muito grata pelo privilégio de desenvolver esta tese e tantos trabalhos em conjunto. Agradeço ao meu pai e minha mãe pelo investimento em toda a minha educação, por acreditarem em mim e me possibilitarem experiências tão enriquecedoras como essas. Por todo suporte na construção deste trabalho, muito obrigada.

Agradeço a minha irmã, pela parceria em todos esses anos, por estes dois anos de mestrado estudando juntas, incentivando e investindo juntas em nosso futuro. Muito obrigada, foi muito especial.

Meu agradecimento também a todos os amigos que mesmo de longe incentivaram, auxiliaram e animaram meu trabalho aqui, e pelos novos amigos que apoiaram esta nova caminhada.

Um agradecimento especial aos meus amigos Amid, Bruna e Heloisa que auxiliaram tanto no desenvolvimento deste trabalho.

Meu agradecimento mais que especial a todas as mulheres que disponibilizaram seu tempo, abriram suas histórias, suas casas e possibilitaram tanto crescimento e troca. Sou muito grata por esta oportunidade, por estes encontros transformadores. Meu agradecimento a todos os tradutores/mediadores que de forma tão aberta e disponível tornaram toda a comunicação possível e possibilitaram este trabalho. Agradeço também a todas as instituições que abriram suas portas para mim, e possibilitaram conversas tão importantes e profundas.

Todos os encontros geram transformação e eu com certeza fui transformada por cada reunião, café compartilhado e conversas profundas com meus interlocutores. Meu desejo é que este trabalho possa honrar estas histórias e possibilitar novos olhares a esta realidade.

RESUMO

No fenómeno migratório e processo de refúgio, o género constitui-se como um princípio organizador e parte estrutural da condição de asilo. A experiência do asilo se estabelece de diferentes formas conforme o género. Ainda assim, esta vertente costuma ser negligenciada e há uma grande invisibilidade da mulher enquanto protagonista e agente das migrações. Neste contexto, este estudo tem por objetivo principal o levantamento e apresentação de informações e dados que traduzam aspetos do género e refúgio, a partir das realidades vivenciadas por mulheres em situação de refúgio em Portugal. Para isso, foram realizadas observações participantes, no acompanhamento de um projeto com mulheres refugiadas e aulas de português para refugiados, bem como entrevistas em profundidade com cinco mulheres em situação de refúgio nas cidades de Lisboa e Porto e com oito instituições que tem como foco o trabalho com refugiados. Utilizou-se da abordagem etnográfica, a qual permitiu uma maior aproximação com estas mulheres, possibilitando uma maior compreensão acerca das suas perceções sobre esta nova realidade, acolhimento, integração no novo país e perspetivas diante do asilo. Após a recolha de informações e análise dos dados, foi possível um maior entendimento, ainda que de forma inicial, das realidades vivenciadas por estas mulheres, suas experiências, expectativas, desejos e necessidades, além de perceber a visão das instituições perante as mesmas e as ações que vem sendo desenvolvidas para este público.

Palavras Chaves: Refúgio; Género; Mulheres; Instituições.

ABSTRACT

In the migratory phenomenon and refuge process, gender constitutes an organizing principle and a structural part of the asylum condition. The experience of asylum is established in different ways according to gender, and still, this aspect is usually neglected, and the woman is still overlooked as protagonist and agent of the migrations. In this context, the main objective of this study is to collect and present information and data that reflect gender and refuge aspects, based on the realities experienced by refugee women in Portugal. To this end, participant observations were made in the follow-up of a project with refugee women and Portuguese classes for refugees, as well as in-depth interviews with five refugee women in the cities of Lisbon and Porto and representatives from eight institutions, focused on their work with refugees. The approach used was the ethnographic one, which allowed a greater approximation with these women, granting a greater understanding of their perceptions of this new reality, reception, integration in the new country and prospects before the asylum. After gathering information and analyzing the data, it was possible to understand better, albeit initially, the realities experienced by these women, their experiences, expectations, desires, and needs, as well as perceive the institutions' actions that have been developed for this public.

Keywords: Refuge; Gender; Women; Institutions.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – REFUGIADOS.....	3
1.1 Refugiados na Europa.....	4
1.2 Refugiados em Portugal.....	5
1.2.1 Programa português de Recolocação/ Reinstalação de Refugiados	6
CAPÍTULO II – MULHERES EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO	7
2.1 Género e refúgio	7
2.2 Mulheres em situação de refúgio em Portugal – Dados e projetos.....	12
2.3 Legislações vigentes em Portugal.....	13
CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	15
3.1 Pergunta de partida e objetivos da pesquisa	15
3.2 Inserção em campo	15
3.3 Público alvo e entrevistas	16
3.4 Guiões de entrevista e observação.....	16
3.5 Análise dos dados	17
CAPÍTULO IV– APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	19
4.1 Mulheres em situação de refúgio em Portugal, segundo a sua perspetiva.....	19
4.2 Mulheres em situação de refúgio em Portugal, segundo a perspetiva das instituições.....	30
4.3 Mulheres em situação de refúgio em Portugal, múltiplas perspetivas – Discussão dos resultados .	37
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
FONTES.....	47
ANEXOS	I
Anexo I – Guião de Observação.....	I
Anexo II - Guião de entrevista (Mulheres em situação de refúgio)	III
Anexo III – Guião de entrevista (Instituições)	V

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres

CPR – Conselho Português para os Refugiados

PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

A história da humanidade é marcada pelo movimento de pessoas, ideias, ideais, culturas, recursos, mercadorias. As migrações fazem parte da construção e desenvolvimento da humanidade. Segundo Matias (2014), o fenómeno migratório já vivenciou diferentes fases e continua em constantes mudanças e neste contexto, a globalização influencia esta realidade, trazendo novos perfis migratórios. Para Matias (2014) através de uma maior possibilidade de mobilidade, e uma crescente consciência das desigualdades sociais, o desejo de deslocação se fortalece e torna-se mais concretizável. Além disso, em virtude de diferentes conflitos vivenciados, o número de deslocação tem crescido abruptamente.

No entanto esta mobilidade é caracterizada por uma perspectiva masculina. Segundo Serrano (2017), a história da mulher viajante é caracterizada por um “não espaço”, uma negação ao olhar para mulher como detentora de autonomia e independência para a viagem. A mulher é perspectivada como aquela que não parte, que fica, que aguarda. Segundo a autora, já no século XX, ainda era espantoso uma mulher que viajasse, ou seja, compreender como o sexo “fraco” poderia aventurar-se no mundo, domínio dos homens. Neste sentido, ressalta que o mundo dos homens é o mundo do exterior, do visível, enquanto a mulher é esperada que tome conta da casa, fale pouco, se limite ao mundo interior, da ausência de liberdade e visibilidade. Serrano (2017) destaca que não é dado a mulher, desde a Odisseia aos Lusíadas, o protagonismo das viagens ou a possibilidade de contar suas histórias ou de serem perspectivadas numa realidade de mobilidade.

Contrariando estas imposições, as mulheres têm viajado ao longo da história e o número de mulheres em movimento cresce exponencialmente. Ainda assim, elas aparecem de forma ainda tímida nos estudos e investigações sobre a mulher em movimento. Movimento este que se caracteriza de diferentes formas, seja de forma espontânea, em busca de novos conhecimentos, novas oportunidades, como de forma forçada, na fuga de guerras, conflitos armados e as mais diferentes perseguições, sendo esta última forma, o foco desta dissertação.

Importante ressaltar que as migrações forçadas têm em seu êxodo a impossibilidade da escolha. Em virtude de guerras, conflitos armados, desastres naturais, violação dos direitos humanos, muitas pessoas são forçadas a deixarem suas casas, seus familiares, seu país, tudo que lhe pertencia e trazia pertença, em busca de sobrevivência e refúgio em outro país, muitas mulheres encontram-se neste contexto.

Segundo dados do ACNUR¹ vive-se hoje o maior número de movimentos migratórios forçados já registrado, sendo que cerca de 65,6 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a sair de seus países, vítimas de perseguição, conflitos, violência e violação de direitos humanos em 2016. Os dados levantados pelo ACNUR ainda não conseguem abarcar toda a especificidade deste grupo, porém os dados obtidos revelam que a população de homens refugiados é de 20,4 milhões e as mulheres

¹ <http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>, consultado em 26/04/18

contabilizam uma população de 19,3 milhões, ou seja, em 2016, 49% dos refugiados eram mulheres. Este número aumentou comparativamente ao ano de 2015 e corresponde as tendências que vem sendo percebidas ao longo dos anos, em que o número de mulheres vem aumentando gradativamente.

Diante do exposto, este estudo tem por objetivo, compreender a realidade vivenciada pelas mulheres em situação de refúgio em Portugal, por meio de uma análise etnográfica. Através da inserção em campo, por meio de observação participante e entrevistas em profundidade com mulheres e instituições, buscou-se uma maior aproximação da realidade vivida por estas mulheres no país. Em uma das primeiras inserções em campo, surgiu um questionamento de uma das interlocutoras sobre o “por quê de um estudo direcionado a mulheres refugiadas”, e espera-se através desta dissertação responder a está questão, colocando em pauta a realidade e a especificidade da mulher em refúgio e a importância de retirar este tema da invisibilidade.

Sendo assim, a presente tese é dividida em uma análise sobre o refúgio em um contexto global, europeu e português. Em seguida passa a ser aprofundada em uma perspectiva de género e refúgio, trazendo a especificidade da mulher em situação de refúgio. Por fim, traz-se o resultado da investigação em questão, com os resultados obtidos na pesquisa etnográfica realizada entre 2017-2018, nas cidades de Lisboa e Porto, com a análise dos dados e possíveis conclusões e percepções. Em diferentes momentos deste estudo, assim como em seu título, as mulheres são designadas como “em situação de refúgio” e não somente como mulheres refugiadas, pois entende-se que o refúgio é apenas parte de suas vidas e trajetórias, não caracteriza quem elas são em sua totalidade, nem sua identidade permanente.

Acredita-se que através deste trabalho será possível uma aproximação maior com a realidade vivenciada por diferentes mulheres em situação de refúgio em Portugal, acreditando que “*os seus relatos não são apenas subjectivos e íntimos, são também políticos e polémicos*” (Serrano, 2017: 44) e precisam ser ouvidos, perspectivados e respondidos.

CAPÍTULO I – REFUGIADOS

A palavra *Refugiado* tem sua origem no Latim *Refugere*, que significa fugir, com o prefixo *Re*, intensificando o termo *Fugere*.² Sendo assim, o termo refugiado traz em seu significado a busca por proteção e abrigo em um local seguro.³ Neste mesmo sentido a palavra *refugiar*⁴ ou *refúgio*⁵, trazem o contexto de dar abrigo, tornar suave, proporcionar um lugar que pode ser considerado seguro. Segundo a Convenção relativa ao estatuto de refugiados de 1951, Genebra, pode ser considerado refugiada a pessoa que *“temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país.”*⁶ Este termo destina-se também a aquelas pessoas que devido a graves violações dos direitos humanos, assim como em virtudes de conflitos armados, não estão seguras em seu país, sendo necessária a busca por proteção e sobrevivência.⁷ Questiona-se neste sentido, se ao fugirem de situações de perseguições e conflitos armados, essas pessoas conseguem encontrar esta proteção, abrigo e um lugar seguro nos países que deveriam acolher-las.

Sigona (2018), discute os múltiplos termos utilizados para denominar a pessoa que esta em uma migração forçada. Termos como refugiados, migrantes forçados, migrantes económicos, clandestinos, ilegais, migrantes de sobrevivência, requerentes de asilo, migrantes vulneráveis, se destacam como rótulos destinados as pessoas que em busca de sobrevivência atravessaram o mar para buscar refúgio na Europa. O autor destaca que este rótulo de “refugiados” por si só já promove exclusão e destaca dois processos: um deles é a grande gama de categorias burocráticas, que tem como objetivo de apanhar o deslocamento forçado, outro processo semelhante diz respeito a precarização do direito a ter direitos daqueles que estão em busca de proteção. O objetivo final destes dois processos, segundo o autor, é buscar de alguma forma conter o fluxo de refugiados em direção ao “*Norte Global*”.

Conforme exposto anteriormente, segundo dados do ACNUR⁸ de 2016, cerca de 65,6 milhões de pessoas em todo o mundo foram obrigadas a deixar suas casas, seu país, em virtude de conflitos armados, perseguições e violações de direitos humanos, configurando-se o maior número já registrado de movimentos migratórios forçados. Deste número 22,5 milhões são refugiados, 2,8 milhões são solicitantes de asilo e 10 milhões vivem como apátridas.

Outros dados apontados pelo ACNUR, destacam que 55% dos refugiados deslocados pelo mundo são de três países, sendo eles, Sudão do Sul com 1,4 milhões de refugiados, Afeganistão com

² <http://origemdapalavra.com.br/?s=refugiado>, consultado em 02/05/18

³ <https://dicionariodoaurelio.com/refugiado>, consultado em 02/05/18

⁴ <https://www.priberam.pt/dlpo/refugiar>, consultado em 02/05/18

⁵ <https://www.priberam.pt/dlpo/refúgio>, consultado em 02/05/18

⁶ http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados, consultado em 02/05/18

⁷ <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>, consultado em 02/05/18

⁸ <http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refúgio/>, consultado em 26/04/18

2,5 milhões e Síria com 5,5 milhões de refugiados, sendo este último, a população alvo desta dissertação. O acolhimento dos refugiados se dá primordialmente em países adjacentes e próximos ao país de origem, sendo que apenas 17% foi acolhido na Europa.

O relatório *Global Trends* elaborado pelo ACNUR em 2016, apresenta dados aprofundados desta realidade. Segundo relatório, a cada minuto 20 pessoas são obrigadas a deixar suas casas. Os dados referentes a Síria revelam que em virtude dos conflitos vividos no país, mais da metade da população síria foi deslocada no ano de 2016, ou seja, 650 de cada 1.000 pessoas forçadas a sair do país, sendo este deslocamento interno no país, ou em busca de asilo em outros países. Este número configura a Síria como o único país em que o deslocamento forçado afeta a maioria da população, e o país com maior número de pessoas desalojadas. No total, até 2016, 12 milhões de pessoas deslocadas, ou seja, 5,5 milhões de refugiados, 6,3 milhões de deslocados internos e cerca de 185.000 requerentes de asilo. (ACNUR, 2016)

1.1 Refugiados na Europa

“A proteção dos refugiados não é apenas responsabilidade dos Estados vizinhos de uma crise; é uma responsabilidade coletiva da comunidade internacional” (António Guterres, Secretário Geral da ONU).⁹

Segundo Padilla e Goldberg (2017), em 2015 chegaram a União Europeia cerca de um milhão e duzentas mil pessoas, por via marítima e terrestre. Segundo os autores, este número se configura como insignificante em termos demográficos e socioeconómicos. O continente europeu até aquela presente data possuía mais de 500 milhões de habitantes, com taxas demográficas de envelhecimento da população e a necessidade de diferentes tipos de mão de obra. No entanto, a chegada de refugiados ao continente despertou um alerta de tensão e segurança, denominando esse fluxo de “crise dos refugiados”.

Neste sentido, em 13 de maio de 2015 é adotada a Agenda Europeia da Migração¹⁰, com intuito de dar uma resposta europeia perante a “crise dos refugiados”. Sendo assim, no dia 27 de maio do mesmo ano, aciona-se o artigo 78º.,nº3 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia¹¹, com a função de recolocar 40 mil requerentes de asilo que se encontravam na Itália e Grécia, além de uma recomendação para um programa de reinstalação de 20 mil pessoas oriundas de países fora da União Europeia, e entre outras recomendações. A escolha por Itália e Grécia foi tomada devido ao grande fluxo de requerentes de asilo nestes países. Em 2015 a Grécia apresentou um grande aumento no fluxo de requerentes, cerca de 211 mil migrantes chegaram ao país, já a Itália apresentou cerca de 116 mil

⁹ <http://www.unhcr.org/5943e8a34.pdf>, consultado em 05/04/2018

¹⁰ <http://www.refugiados.acm.gov.pt/agenda-europeia-da-migracao/>, consultado em 05/04/2018

¹¹ https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF, consultado em 16/07/2018

migrantes a chegar em seu território.¹² Neste sentido, os 28 Estados-membros da UE passam a ter a responsabilidade da recolocação de refugiados, tendo o início do programa dezembro de 2015. Portugal, sendo um Estado-membro da União Europeia desde 1986, entra neste cenário, se comprometendo a receber 4.574 refugiados ao longo de dois anos¹³.

No entanto, com o objetivo de impedir os movimentos secundários foi elencado, através do Regulamento de Dublin, que se um refugiado for encontrado em outro país que não o que foi recolocado, este será detido e transferido para o país de residência legal. E para efetivar tal fato, ao ser recolocado terá suas impressões digitais recolhidas, para que fique registrado seu país de residência legal e impedindo sua mobilidade para os outros países membros na UE, além de ter sua proteção internacional garantida apenas no país em que foi recolocado.¹⁴

1.2 Refugiados em Portugal

Segundo Ribeiro (2017), em Portugal, o acolhimento de refugiados é de responsabilidade do Estado, sendo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, SEF, o responsável pela atribuição do estatuto de refugiado aos requerentes de asilo. Neste sentido, existem três denominações aos requerentes de asilo em Portugal, sendo eles: Refugiados acolhidos dentro do Programa de Reinstalação; Refugiados acolhidos no Programa de Recolocação e os Refugiados Espontâneos. Os dois primeiros programas citados são caracterizados pelo local onde se encontram os requerentes de asilo ou refugiados, ou seja, Grécia e Itália (Recolocação), países não membros da UE (Reinstalação).

Ribeiro (2017) destaca que o Programa de Reinstalação começa pela identificação de refugiados que se encontrem em países fora da UE e que apresentem riscos e impossibilidade de permanecer no país de asilo, sendo então encaminhados para um segundo país de acolhimento. Parte-se da premissa de dar prioridade a pessoas com necessidades médicas, reagrupamento familiar, mulheres e crianças. Ao chegarem em solo português são acolhidos em entidades de acolhimento, e devem ter assegurado o acesso a alojamento, alimentação, saúde, educação, aprendizagem do português, acesso a emprego e apoio financeiro. Este apoio tem a duração de 9 meses e caso o refugiado não consiga se autonomizar ao longo deste tempo são encaminhados para o Instituto de Solidariedade e Segurança Social, que deve dar as respostas necessárias ao mesmo.

O Programa de Recolocação, segundo Ribeiro (2017), e conforme destacado anteriormente, é uma medida de solidariedade entre os Estados-membros da UE, apoiando os países na linha de frente a “crise dos refugiados”, como Grécia e Itália, pois estes países não conseguem dar resposta para todos os solicitantes de asilo que chegam às suas fronteiras. Neste sentido foram delineadas estratégias e critérios de acolhimento em Portugal, sendo o acolhimento realizado por instituições descentralizadas em 98

¹² <http://www.refugiados.acm.gov.pt/agenda-europeia-da-migracao/>, consultado em 27/05/18

¹³ <http://refugiados.net/1cpr/www/RelatorioCPR2015.pdf>, consultado em 16/07/2018

¹⁴ <http://www.refugiados.acm.gov.pt/agenda-europeia-da-migracao/>, consultado em 27/05/2018

diferentes municípios do território nacional, uma forte participação da Sociedade Civil e Municípios, com ações integradas tendo em vista a integração e gradual independência e autonomia do refugiado. Os refugiados provenientes deste programa têm o direito a alojamento, apoio na alimentação, vestuário, acesso a saúde, educação, ensino da língua portuguesa, apoio no acesso ao emprego e um subsídio de 150 euros mensais para suas despesas em um período de 18 meses, ou dois anos em caso de famílias. Segundo o autor, nos meses finais do programa o refugiado é acompanhado em um processo de monitorização do andamento do programa e da autonomização e integração do mesmo. Se ao final do programa o refugiado ainda não estiver devidamente integrado, será acompanhado pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social e Alto Comissariado para as Migrações – ACM.

Como último módulo, Ribeiro (2017), destaca os requerentes espontâneos, que chegam a Portugal e em seguida solicitam asilo no próprio aeroporto ou diretamente ao SEF. Os requerentes de asilo, provenientes desta modalidade, ao chegarem em Portugal, são instalados nos Centros de Instalação Temporário em Lisboa ou Porto por um período de até 60 dias, a resposta ao pedido deve ser dada em 30 dias depois do pedido ser feito. Se o pedido for recusado, mesmo após um pedido de recurso, o requerente tem um prazo de 20 dias para deixar o país.

1.2.1 Programa português de Recolocação/ Reinstalação de Refugiados

Segundo o Relatório de Avaliação da Política Portuguesa de Acolhimento de Pessoas Refugiadas Recolocadas publicado no final de 2017, Portugal esteve em sexto lugar no âmbito dos países da União Europeia com maior número de refugiados recolocados. Até o final de novembro de 2017, chegaram ao país cerca de 1.520 pessoas recolocadas, sendo 1.190 advindas da Grécia e 330 da Itália. Deste total, 833 tinham a Síria como seu país de origem. No que diz respeito ao género, o maior número de pessoas recolocadas era do sexo masculino, 955, para um total de 565 do sexo feminino. Dados de abril de 2018, revelam já um aumento neste número sendo o número de recolocados provenientes da Grécia 1.292 pessoas e 340 pessoas provenientes da Itália, registrando um total de 1.632 refugiados recolocados em Portugal, até então (ACM, 2017; EMN, 2018).

Já no que diz respeito ao Programa de Reinstalação, segundo dados divulgados pela Comissão Europeia¹⁵, Portugal recebeu até maio de 2018, 179 dos 1.201 refugiados a que se comprometeu receber. Em relação ao compromisso estabelecido da reinstalação de 50 mil refugiados provenientes da África, Portugal assumiu o compromisso de receber 1.010 pessoas até o final de 2019, sendo que até o momento recebeu 43 refugiados. A vertente de género não foi destacada nos dados divulgados, revelando novamente a escassez de dados e especificidade do género neste contexto.

¹⁵https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-migration/20180516_annexes_progress-report-european-agenda-migration_en.pdf, consultado em 11/06/2018

CAPÍTULO II – MULHERES EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO

“Gostaria de dizer que as mulheres são mulheres. “Migrantes” e “refugiadas” são apenas palavras. As mulheres são, acima de tudo, muito fortes e corajosas. Nós criamos vida. As palavras “migrantes” e “refugiadas” às vezes impedem as mulheres de seguir em frente. Mulheres são mulheres” (Mawoon, 2018).¹⁶

Ao tratar o tema das migrações forçadas, existe a tendência de se perspetivar um grupo único e uniforme. Segundo Faist (2018), sugere-se ao falar sobre migrações forçadas uma massa indiferenciada, levando a uma despersonalização dos grupos envolvidos neste processo. Há uma propensão, segundo o autor, a desviar a atenção a povos específicos e a heterogeneidade dos grupos em movimento, sem atentar para a questão de género, classe social, etnicidade. Há uma tendência a homogeneização da realidade migrante, das suas experiências, o que acaba por ocultar as especificidades que causam diferentes tipos de opressão (Amaral, 2015). É preciso compreender que não se trata de um grupo único e homogéneo, pelo contrario, as migrações forçadas, tal como as migrações no geral, se constituem como uma gama de grupos, com diferentes realidades e especificidades.

Segundo Benhabib (2004), podemos caracterizar refugiados, minorias e deslocadas como uma categoria criada através das ações do Estado-nação, conforme destacado no capítulo anterior. Ou seja, é o próprio estado a criar estas categorias e gerar exclusões e desigualdades. Os estados passam a realizar a desnaturalização maciça de minorias que consideram indesejadas, levantando fronteiras e criando refugiados, apátridas e deslocados. O mesmo se dá na especificidade de género onde o estado para além de criar exclusões e desigualdades no âmbito destas categorias, exclui duplamente a mulher, apenas por ser mulher e não promove ações de proteção, acolhimento e integração diferenciadas.

2.1 Género e refúgio

O género pode ser representado como uma tela na qual uma realidade é projetada. Ou seja, se constitui como uma categoria criada socialmente, formada por diferentes significados, no que diz respeito ao conceito de sujeito, individuo, conferindo a partir disso determinados atributos, direitos e papeis sociais (D'Argemir, 1995). Desenvolver um estudo migratório a partir da perspetiva de género é natural, compreendendo que as migrações são fortemente influenciadas por este viés. Os fluxos migratórios e os impactos advindos desse movimento estão intimamente ligados ao elemento do género. Ainda assim, ao longo do desenvolvimento das teorias migratórias, poucos estudos levaram em conta esta questão, e perspetivaram a mulher enquanto sujeito e agente das migrações. As teorias e dados vinculados as migrações estão fortemente dominados pela esfera masculina, e dessa forma, as mulheres migrantes

¹⁶ <http://www.jrsportugal.pt/mulheres-sao-mulheres-migrantes-e-refugiadas-sao- apenas-palavras/>, consultado em 08/03/2018

evidenciam a problemática do gênero, revelando a invisibilidade da mulher, que não é pensada enquanto protagonista deste movimento (Padilla, 2013; Amaral, 2015). Esta realidade se agrava quando pensada na mulher em situação de refúgio, que é amplamente silenciada nas investigações.

Os estudos migratórios com a perspectiva de gênero trazem uma riqueza de conteúdos e possibilitam uma análise mais profunda das migrações, em aspectos ainda invisíveis. Cabe ressaltar que muitas questões relacionadas as migrações femininas estão ainda sem resposta, pois nunca foram questionadas, ou perspectivadas enquanto questões a serem postas (Padilla, 2013; Amaral, 2015). O estudo de gênero passa então a desconstruir uma visão de objetividade e neutralidade, apontando os contrapontos e diferenças existentes entre homens, mulheres e a sociedade. A ausência deste olhar revela uma cegueira de gênero e fortalece as vulnerabilidades, desigualdades e assimetrias vivenciadas pelas mulheres (Amaral, 2015; França, 2017).

Sendo assim, diante de um recorte de gênero é possível identificar as vulnerabilidades vivenciadas pela mulher migrante, que para além de estar em uma estrutura social essencialmente masculina, passa, em virtude de seu deslocamento, a ser vista como inferior e indesejada nesta nova sociedade a que chega (Amaral, 2015). Neste sentido, é preciso compreender a mulher migrante, suas especificidades, como classe social, etnia, contextos migratórios e a interseccionalidade com o gênero (França, 2017; Magliano, 2013). Além disso, cabe ampliar o foco deste viés, compreendendo também os aspectos presentes na mobilidade, entrada no mercado de trabalho, as reconstruções familiares, as adaptações a nova cultura, empoderamento e desempoderamento, novas identidades e formas de viver, sentir e pensar, e as relações de gênero diante da sociedade de origem e destino (Padilla, 2013). Faz-se fundamental uma análise para além da igualdade formal nas questões de gênero, pois não basta apenas alcançar a igualdade perante a lei, se na prática continuam havendo discriminações, precarizações de trabalhos, explorações e violências. Observa-se que apesar da eliminação de barreiras legais, continuam havendo amarras sociais vinculadas ao gênero (Amaral, 2015).

Segundo Valéry (2006), gênero pode ser compreendido como uma construção histórica, cultural e social, o qual tem em seu viés de constituição as diferenças sexuais e as relações sociais construídas a partir e entre eles. Perante as questões de gênero estão também designadas relações de poder, conflitos, contradições e desigualdades sociais. Baker (1986: 87) relata que a “*relação ideológica entre homens e mulheres na sociedade é internalizada pelas mulheres como uma inferioridade quase constitucional.*” Butler (2003) destaca que apesar de nas ciências sociais utilizarmos o termo gênero como um “fator” e uma “dimensão” de análise, este termo é também designado as pessoas como uma marca, com diferenças biológicas, linguísticas e culturais. Porém, segundo a autora, é importante ressaltar que o termo mulheres não corresponde a uma identidade comum. Ou seja, o fato de “ser mulher” não corresponde a tudo que esta pessoa é ou representa, é preciso compreender além, em uma perspectiva de gênero, mas também os diferentes contextos vivenciados e a relação do gênero com as modalidades de raça, classe, etnia e as identidades constituídas a partir destas relações e grupos sociais pertencentes. Além disso, não se pode

separar o viés de género das questões políticas e culturais em que é produzido e mantido, sendo essencial um olhar para o todo.

Neste contexto, Lutz (2010), destaca a necessidade de compreender a construção social da masculinidade e feminilidade, sendo esta compreensão necessária também em uma realidade migratória, avaliando a especificidade do género e as consequências subsequentes destas nas experiências de migração para migrantes masculinos e femininos, além dos contextos e papéis destinados a cada um deles. Através deste olhar para o género é possível distinguir, segundo a autora, entre as práticas, identidades ou sexo, sem limitar o olhar a uma única categoria, como o que é ser homem ou mulher, mas sim um olhar mais amplo dentro destas realidades. Ou seja, Lutz (2010) observa a necessidade de compreender não somente as assimetrias e desigualdades entre os géneros, mas também dentro de uma categoria de género. Em uma perspectiva de género e migrações, a autora relata que este deve ser analisado não apenas como um aspeto no estudo das migrações, mas como um princípio organizador e central no que diz respeito aos fluxos migratórios, assim como na forma de organização da vida dos migrantes. É preciso, segundo Lutz (2010), trazer o género para a centralidade, e elaborar de forma mais profunda os aspetos deste contexto.

Sendo assim, segundo Schwinn e Costa (2016), ao se referir a migração em uma perspectiva direcionada ao género, cabe compreender que não está em causa uma explicação biológica sobre a diferença entre homens e mulheres, mas sim a construção mental da sociedade e as relações de poder que são estabelecidas na mesma, além da violência simbólica advinda da dominação de uma classe sobre a outra, que se revela também em contexto migratório. Robbers et al. (2016), destaca que a vulnerabilidade se diferencia entre homens e mulheres em virtude das desigualdades decorrentes do género, que estão vinculadas a papéis tradicionais, expectativas de comportamento na sociedade, que beneficiam um género ao outro. Os autores destacam que as mulheres tendencialmente têm um status mais baixo do que os homens em muitas sociedades e diante disso acabam estando mais vulneráveis, sendo necessário uma intervenção sensível a esta temática no que converge aos aspetos do género e das migrações.

Neste sentido, segundo Padilla (2007), os fluxos migratórios vêm vivenciando um processo de feminização. É notório observar o aumento do número de mulheres vivenciando a realidade migratória. Segundo a autora, este processo tem grandes implicações, seja para a mulher migrante, seja para a sociedade de acolhimento. Além disso, cabe ressaltar, segundo ela, que as experiências vivenciadas por homens e mulheres são diferentes, mesmo ambos vivenciando o mesmo trajeto migratório. Porém a realidade das mulheres migrantes, ficam por descobrir, passando despercebidas nas pesquisas, nos dados e investigações. Neste sentido Luís et al. (2017) ressaltam que as deslocções forçadas e movimentos migratórios em geral não são processos neutros ao género. Coelho (2017) afirma que a especificidade do género, assim como os desafios advindos dele são parte estrutural da condição de asilo. Ou seja, a experiência migratória será sempre diferente conforme o género, as mulheres vivenciam uma realidade diversa com relação aos homens e por conseguinte possuem necessidades

específicas que precisam ser levadas em conta. Sendo fundamental partir para um estudo sobre migrações forçadas em uma perspectiva de gênero, pois este viés está intimamente ligado a todo o processo de busca por asilo.

Luís et al. (2017) destacam neste contexto que a violência contra as mulheres, assim como a discriminação de gênero está amplamente presente em todas as sociedades e em um processo de fuga e deslocação forçada há grandes possibilidades de as mulheres serem alvo de violência generalizada. Neste sentido, as mulheres em situação de refúgio encontram-se em uma dupla marginalização, enquanto mulheres e enquanto refugiadas (Coelho 2017; Santinho 2011; Padilla 2007). Para além das violências, discriminações e riscos vivenciados enquanto mulheres, enquanto requerentes de asilo e refugiadas elas estão mais expostas a violência e discriminações, além do não reconhecimento enquanto categoria específica e uma ampla invisibilidade nos instrumentos de proteção internacional e políticas de asilo nacionais (Coelho, 2017). A autora destaca que as necessidades e especificidades das mulheres são diluídas numa perspectiva geral e global nas políticas de asilo atuais, sendo assim, as políticas públicas não vislumbram e nem atendem as necessidades destas mulheres.

Luís et al. (2017) reforçam esta realidade ressaltando que as políticas europeias e portuguesas não abarcam a dimensão de gênero e nem a especificidade dos tipos de violência vivenciados pelas mulheres que buscam asilo. A Convenção de 1951 é um exemplo disso, pois ao não contemplar as necessidades a partir do gênero, tornam a experiência masculina como a norma e o padrão na construção e no desenvolvimento da proteção internacional concedida (Coelho, 2017). Santinho (2012) ressalta que a violência específica contra a mulher não é contemplada na Convenção de 1951 e desta forma, do ponto de vista jurídico a violência contra a mulher passa a não constituir, perante a lei, uma razão exequível para a fuga e concessão de asilo.

Este “não lugar” dado as mulheres em situação de refúgio, ou a invisibilidade dada a este público, sejam nas leis, políticas públicas, assim como nos estudos e pesquisas na área, estão muito vinculadas a figura passiva conferida a estas mulheres. Segundo Coelho (2017), muitas vezes a figura da mulher refugiada é vinculada a um papel passivo, vulnerável, sendo ela apenas dependente do marido, do seu companheiro ou de familiares, não possui voz ou ações próprias. Cria-se uma visão estereotipada da mulher em situação de refúgio, na qual ela é sempre uma vítima passiva, indefesa, vulnerável, sem força. Santinho (2012) destaca a importância de redefinir o termo vulnerabilidade na relação com mulheres refugiadas. Para a autora este termo está sempre vinculado a uma ideia de passividade, vitimização, fragilidade, dependência, conforme exposto anteriormente. Esta perspectiva das mulheres refugiadas enquanto vítimas, acaba por exercer uma função contrária e revitimiza-las, pois cria-se a ideia de que precisam ser salvas, não possuem ação ou poder, criando assim um efeito perverso diante das entidades que atuam nessa área (Santinho, 2011). Porém é fundamental perceber que a busca pelo refúgio, já demonstra uma nova fase na vida de muitas dessas mulheres, uma fase emancipatória, demonstrando suas potencialidades e sua agencialidade, pois mesmo neste contexto de

fuga e do sofrimento vivenciado, no qual estão vulneráveis, já há comportamentos de resistência e busca por proteção, há demonstração de força para sair do espectro da crise (Santinho 2011; 2012).

Ainda assim, é preciso ter em conta as múltiplas e diferentes violências e discriminações vivenciadas por estas mulheres. As violências estão presentes desde o país de origem, a trajetória de fuga, nos campos de refugiados e se estende ao país de acolhimento. Segundo dados do ACNUR¹⁷, uma em cada cinco refugiadas no mundo é vítima de violência sexual. Segundo relatório apresentado, mulheres sírias são vítimas de abusos sexuais em troca de ajuda humanitária por parte de homens que estão a prestar ajuda em nome das Nações Unidas e organizações parceiras em campo.¹⁸ Relatório desenvolvido pelo Parlamento Europeu que descreve a situação das mulheres refugiadas e requerentes de asilo na União Europeia relata que as mulheres enfrentam violência sexual nos centros de acolhimentos sobrelotados na UE.¹⁹ A violência de género esta presente nesta realidade também, além das redes de prostituição e exploração sexual (Luís et al., 2017). Segundo Freedman (2016), é possível perspetivar que um número significativo de mulheres que fugiram da Síria pode ter sido vítima de diferentes tipos de violência, devido ao grande número de pesquisas revelando a prevalência de violência sexual no conflito sírio.

A prevalência de violência não está limitada ao trajeto migratório, mas se estende ao país de acolhimento. Não há um cuidado nem atenção as questões de género pelos órgãos públicos de atendimento aos refugiados, seja no trajeto, como no país que acolhe. Nas entrevistas realizadas por guardas fronteiriços ou na recolha de depoimento dos requerentes de asilo no país de acolhimento não há sensibilidade ao tema do género. Neste contexto observa-se a falta de funcionários do sexo feminino para os exames de evidência física ou recolha de depoimentos, o não oferecimento de proteção as mulheres, mesmo aquelas com suspeita de terem sido vítimas de violências físicas, sexuais, colocando as mulheres em uma grande vulnerabilidade e uma possível revitimização do ocorrido. Sendo que em muitos casos, os próprios guardas podem vir a ser os promotores de violência e abuso dos direitos humanos contra estas mulheres (Coelho 2016, Freedman 2016). Além disso os centros de acolhimento não são apropriados para as mulheres ou não promovem sua proteção, além de não haverem ações de acolhimento e integração sensíveis a realidade das mulheres e seu trajeto migratório.

Diante de todas essas realidades, faz-se de suma importância conhecer estas mulheres, e compreender segundo as suas perspetivas a realidade vivenciada, assim como as necessidades e desafios. *“Não falem sobre o que acham que são as minhas necessidades, perguntem-me sobre quais são as minhas necessidades.”*²⁰ Segundo Luís et al. (2017), é preciso entender como as pessoas em

¹⁷<http://www.acnur.org/portugues/2017/06/23/uma-em-cada-cinco-refugiadas-e-vitima-de-violencia-sexual-no-mundo/>, consultado em 09/05/18

¹⁸<https://www.publico.pt/2018/02/27/mundo/noticia/mulheres-sirias-sao-vitimas-de-abusos-sexuais-em-troca-de-ajuda-humanitaria-1804632>, consultado em 09/05/18

¹⁹ <https://observador.pt/2016/03/08/mulheres-refugiadas-enfrentam-violencia-sexual-na-europa/>, consultado em 09/05/18

²⁰ <https://www.delas.pt/refugiadas-sao-mais-do-que-madonas-passivas/>, consultado em 05/05/18

situação de refúgio percebem esta nova realidade, como vivenciam este novo contexto, de que formas se mobilizam e agem diante dele. Deste modo é possível desenvolver ações para além da ajuda humanitária, e que possibilitem empoderamento e novas oportunidades. Coelho (2016) enfatiza nesta mesma vertente que é fundamental que as vozes dessas mulheres sejam ouvidas, que elas possam expressar suas histórias, necessidades, dificuldades, assim como suas potencialidades. Segundo a autora, para além dos contributos positivos que elas podem trazer para as instituições e a nível da sociedade, ao terem este espaço de escuta, ganham também uma maior auto estima, e tem uma redução nos sentimentos depressivos, de isolamento e tristeza.

2.2 Mulheres em situação de refúgio em Portugal – Dados e projetos

No contexto português a tendência do aumento do número de mulheres em movimento permanece. O número de mulheres em busca de refúgio é relativamente menor em comparação com o número de homens, mas é possível observar uma tendência crescente no número de mulheres requerentes de asilo no país.

No ano de 2016, segundo o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo do SEF (2016), Portugal recebeu 1.469 pedidos de asilo, cerca de 64% a mais que no ano anterior, sendo a sua maioria proveniente da Ásia e África, com destaque para Síria e Iraque. No viés género, 33% foram do sexo feminino. Com destaque para os pedidos espontâneos de proteção internacional, o Conselho Português para Refugiados - CPR²¹, traz um número de 305 pedidos sendo 31% realizados por mulheres.

O número de refugiados a chegar no país permanece em ascendência no ano de 2017. Segundo dados do CPR²² no ano de 2017 Portugal recebeu 1.750 pedidos de proteção internacional. Deste total, 678 pedidos foram feitos por mulheres, ou seja, 39%, sendo possível observar um aumento em comparação aos anos anteriores. Segundo SEF (2017), deste total 426 foram de deslocados sírios, a instituição não traz o recorte de género neste viés. Segundo o Relatório de avaliação da Política Portuguesa de Acolhimento de Pessoas Refugiadas Recolocadas de 2017, apresentado pelo ACM, Portugal recebeu 1.520 pessoas dentro do programa de recolocação, sendo que deste total 565 são mulheres, contemplando assim 37% dos refugiados (ACM, 2017).

Com o aumento do número de mulheres em situação de refúgio no país, e diante da especificidade vivenciada pela mulher em situação de refúgio, passaram a ser desenvolvidas ações específicas para a integração de mulheres. Estas iniciativas surgiram por parte da sociedade civil e englobam a integração de mulheres no mercado de trabalho português. Destacam-se neste contexto os restaurantes Mezze, Tayybeh, Marhaba – o Médio Oriente à mesa, além da empresa de sabonetes Amal Soap, a mercearia Zaytouna e projeto Mãos Árabes, sendo em sua maioria ações destinadas a mulheres sírias.

²¹ <http://www.cpr.pt/>, consultado em 05/05/18

²² <http://www.cpr.pt/>, consultado em 05/05/18

2.3 Legislações vigentes em Portugal

Apesar do número crescente de mulheres em busca de refúgio na Europa, ainda são escassas as legislações que tenham o cuidado e a especificidade do género. Freedman (2016) questiona que mesmo quando há a vertente do género nas políticas, as práticas diferem do que está na norma, e não é dada a atenção adequada para as questões de género, que acabam por ter pouco impacto na vida das mulheres.

Em termos legislativos, destaca-se a Lei n.º 26/2014 de 5 de maio²³, que ao estabelecer as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos dos mesmos, traz em seu artigo 5º, que atos cometidos devido a razões de género são suscetíveis de fundamentar o direito de asilo. O artigo 59º traz em seu bojo que as entidades responsáveis pela concessão de alojamento para refugiados devem tomar medidas adequadas para prevenir agressões e violência com base no género, incluindo assédio e agressões sexuais no interior das instalações e centros de acolhimento.

Portugal faz parte da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW). A convenção levanta recomendações específicas no que diz respeito a mulheres refúgiadas, defendendo a não discriminação e a igualdade de género, durante todo o processo de deslocamento, assim como no acolhimento. Segundo a convenção, os Estados Partes devem assegurar que os funcionários nos serviços fronteiriços, assim como na em órgãos de imigração e decisores a todos os níveis, sejam formados e supervisionados em uma perspetiva sensível ao género, com atenção as mulheres requerentes de asilo e refúgiadas. Além disso, Portugal é signatário da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, também denominada de Convenção de Istambul, que traz em seu artigo 60º a especificidade do género em solicitações de asilo.²⁴

23 <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2014/05/08500/0260602637.pdf#1>, consultado em 05/05/18

24 http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1878&tabela=leis, consultado em 05/05/18

CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

A estratégia metodológica adotada para esta pesquisa foi a qualitativa e intensiva, por meio da pesquisa etnográfica. Ou seja, a inserção em campo, afim de compreender o fenômeno através da perspectiva daqueles que vivenciam estas realidades (Telmo, 2002). Por meio da observação participante e entrevistas em profundidade, buscou-se compreender a realidade vivenciada por mulheres em situação de refúgio em Portugal, suas perspectivas e ações diante do seu trajeto migratório e do novo contexto em que estão inseridas.

3.1 Pergunta de partida e objetivos da pesquisa

A pergunta chave que buscou-se responder ao longo desta pesquisa foi “Qual a realidade da mulher em situação de refúgio em Portugal, diante de múltiplas perspectivas?” Importante ressaltar que a pesquisa tem como premissa compreender esta realidade diante de uma perspectiva múltipla, ou seja, compreender o ponto de vista das mulheres em situação de refúgio, além da visão das instituições de acolhimento/integração diante deste público, possibilitando assim múltiplos olhares perante o tema. Os objetivos colocados dizem respeito a compreender como as mulheres percebem a si mesmas, sua família, seu contexto, sua trajetória, o país de acolhimento e as novas configurações a partir do refúgio. Para além destes objetivos buscou-se perceber o que as mulheres sentem que poderia ser feito para facilitar sua integração/inserção e sua vivência em Portugal, afim de buscar elencar possíveis ações conforme o que elas compreendem como necessário.

3.2 Inserção em campo

Em um primeiro momento a pesquisa desenvolveu-se através da observação participante de um projeto preexistente que se destinava a integração de mulheres refugiadas no mercado de trabalho. Tal projeto constituía-se na confecção e vendas de produtos artesanais. No momento da pesquisa, a participante do projeto era uma senhora síria, que confeccionava produtos para serem vendidos em feiras e mercados de natal. Além disso, realizou-se a observação participante em um curso de português destinado a refugiados. O acompanhamento do projeto foi realizado por dois meses, o qual possibilitou a aproximação da temática e a primeira entrevista em profundidade. A observação no curso de português foi realizada em três aulas, nas quais foi possível realizar uma atividade introdutória com os alunos, com o intuito de apresentar a pesquisa, levantar percepções das mulheres e convidá-los a contribuir com o estudo, estavam presentes seis mulheres na atividade desenvolvida, em um grupo majoritariamente masculino.

Como estratégia de inserção e aproximação em campo e com o intuito de compreender as diferentes instituições e os diferentes trabalhos destinados as mulheres, foram contactadas

instituições/projetos que tem como público alvo os refugiados. Cabe ressaltar que encontrou-se dificuldades em chegar até as mulheres por meio de algumas instituições, que em muitos casos acabam por não permitir o acesso a elas, seja em uma intenção de protegê-las ou em virtude de um monopólio das informações e universo dos refugiados. Das muitas entidades contactadas, apenas uma possibilitou o contacto com as mulheres atendidas. Para além desta estratégia, foi possível a aproximação a mais mulheres através da rede de contactos constituída pela pesquisadora.

Através destes meios foi possível realizar entrevistas em profundidade com mulheres em situação de refúgio em Portugal e entidades que desenvolvem atendimento com foco nos refugiados.

3.3 Público alvo e entrevistas

O público alvo desta pesquisa foram mulheres em situação de refúgio em Portugal e instituições que atendem refugiados no país. Ao todo foram contactadas, seja pela observação, atividade em aula ou entrevistas em profundidade, onze mulheres, sírias e recém-chegadas em Portugal. Foram entrevistadas em profundidade, através de entrevistas semiestruturadas, cinco mulheres em situação de refúgio a viver em Portugal, quatro estão a viver em Lisboa e uma no Porto. As entrevistas foram realizadas em português, com tradução para o árabe, em inglês com tradução para o árabe e apenas uma completamente em inglês sem a necessidade de tradução.

Para além das entrevistas com as mulheres, foram entrevistadas oito instituições que desenvolvem trabalhos em Portugal com refugiados. Dentre as instituições entrevistadas, duas trabalham no acolhimento institucional dentro do Programa de Recolocação/Reinstalação de Refugiados, quatro são instituições organizadas por portugueses com o intuito de auxiliar na integração de refugiados, sendo duas delas destinadas a integração de mulheres no mercado de trabalho, além de uma organização internacional com sede em Portugal e uma entidade organizada por refugiados com vistas a auxiliar refugiados no país. Compreende-se como muito importante ter como público alvo refugiadas recém-chegadas, além de ouvir os técnicos e suas percepções sobre esta realidade, entendendo que são parte do processo de asilo também.

Neste sentido as cinco entrevistas com as mulheres tiveram de 25 á 45 minutos, sendo que uma foi realizada na casa da senhora entrevistada, três foram realizadas no ambiente de trabalho das entrevistadas e uma, com a senhora do Porto, foi realizada via Skype. As oito entrevistas realizadas com as instituições tiveram de 30 á 80 minutos, e foram realizadas nos espaços das instituições ou em cafés da cidade de Lisboa, sendo que uma delas foi realizada em inglês.

3.4 Guiões de entrevista e observação

Para o desenvolvimento deste estudo foram elaborados três guiões diferentes, nomeadamente um guião de observação para a participação no projeto e aulas de português, um guião de entrevista para as

entrevistas com as mulheres em situação de refúgio e um guião de entrevista para as entrevistas com instituições e projetos. Importante ressaltar que os guiões tiveram como objetivo orientar as entrevistas e observações, mas houve flexibilidade no desenvolvimento das mesmas conforme o andamento. (Anexos I, II, III)

3.5 Análise dos dados

A análise dos dados obtidos foi realizada em diferentes processos. Após as inserções em campo e entrevistas em profundidade, foram realizados diários de campo afim de registrar as experiências e percepções. Todas as entrevistas foram gravadas, conforme consentimento das entrevistadas, e em seguida traduzidas e transcritas em sua totalidade. Fez-se necessário o suporte de um intérprete externo no auxílio da transcrição de uma das entrevistas.

Em seguida foi elaborado um plano de análise de dados, que consistiu em grelhas de análises compostas pelas dimensões de cada guião, onde as entrevistas foram sendo organizadas conforme os temas falados e elaborado dimensões específicas. Através das grelhas foi possível desenvolver um estudo aprofundado sobre cada mulher e instituição entrevistada, de forma individual, como coletivo e em comparação.

As dimensões de análise estabelecidas afim de contemplar os dados obtidos nas observações participantes e entrevistas com mulheres em situação de refúgio e instituições foram: Mulheres em situação de refúgio; Trajetória até Portugal; Portugal; Integração/Interações Sociais; Trabalho; Desafios e Necessidades; Projetos; Futuro. Através destas dimensões foi possível apresentar os resultados advindos do trabalho etnográfico e analisa-los por público alvo e em múltiplas perspectivas, visando assim, responder à pergunta de partida.

CAPÍTULO IV– APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Mulheres em situação de refúgio em Portugal, segundo a sua perspetiva

Conforme exposto anteriormente, afim de desenvolver estudo sobre mulheres em situação de refúgio em Portugal, foram realizadas observações participantes em um curso de português e em um projeto destinado a mulheres sírias em situação de refúgio, além de entrevistas em profundidade. Ao todo foram contatadas, seja pela observação, atividade em aula ou entrevista, onze mulheres, sírias e recém-chegadas em Portugal.

A amostra obtida para esta pesquisa foi limitada a um número de cinco mulheres entrevistadas e a observação de mais seis mulheres, conforme exposto acima. Isso se deu em virtude do número de mulheres que se dispuseram a participar da pesquisa, pelo grande desafio de chegar até elas devido as diferenças linguísticas, culturais, contato com as instituições, e por ser um tema muitas vezes sensível de ser abordado e falado. Ainda assim, segundo Brandão (2007), as experiências individuais trazem consigo uma experiência comum, coletiva. Para a autora, através do olhar do indivíduo, de uma perspectiva individual é possível compreender o universal, e perceber como o universal se revela na singularidade. Além de ser possível compreender como as realidades “exteriores” se fazem “corpo” no indivíduo. Sendo assim, entende-se que mesmo com uma amostra singular de mulheres entrevistadas e observadas e no contato com as instituições, foi possível compreender de forma mais ampliada, ainda que inicial, a realidade e a percepção da mulher em situação de refúgio.

Durante o desenvolvimento da pesquisa sempre existiu um cuidado e respeito pelas mulheres e suas histórias. Ao definir a metodologia, havia uma preocupação para que esta não viesse a prejudicar ou revitimizar as mulheres, mas pelo contrário, fosse um espaço de escuta, acolhimento e partilha. Neste sentido, em um primeiro momento questionou-se sobre realizar entrevistas em profundidade, mas percebeu-se que esta metodologia seria importante não apenas para a pesquisa, mas poderia ser importante para as entrevistadas também. Pois a partir do relato, segundo Brandão (2007), o entrevistado se encontra como ator, se reconta e se reafirma em relatos repletos de afetos e subjetividade. Miranda (2009) destaca também que possibilitar um espaço de narradoras, detentoras da palavra, no momento da entrevista, é também conferir-lhes poder, pois a palavra oferece poder a quem a detém. Ao estarem diante do pedido de contarem suas histórias elas têm a oportunidade de pensar e repensar sobre o que falar, o que pedir, que ideias exprimir, sendo a entrevista uma oportunidade de paragem, reflexão e protagonismo. Protagonismo este que muitas vezes é vetado pela sociedade.

Neste sentido, compreende-se que a necessidade de um tradutor, mediador nas entrevistas pode limitar este objetivo. Entende-se que a necessidade de um tradutor e neste caso, tradutores do sexo masculino, são um limitador para a profundidade das respostas e dados obtidos, assim como para o vínculo estabelecido com as entrevistadas. Destaca-se ainda que em duas entrevistas, as mulheres entrevistadas possuíam um grau de parentesco com o interprete. Ainda que consciente das limitações

advindas da necessidade de um mediador nas entrevistas, sendo elas a presença de um terceiro, do sexo masculino, as perdas em termos de percepção do que foi dito em virtude das traduções, e da diferença de conteúdos expostos, percebeu-se a importância de ouvir este público, que em muitos casos não é ouvido em virtude das limitações de comunicação. Compreende-se de grande relevância não limitar o público investigado pela língua falada, mas buscar alternativas para desenvolver a comunicação. Sendo assim, quatro entrevistas tiveram a presença de um mediador/tradutor, e uma entrevista foi realizada em inglês com a presença apenas da entrevistada. Com isso, foi possível evidenciar a realidade de um grupo pouco perspectivado nos estudos, que são mulheres em situação de refúgio, recém-chegadas ao país de acolhimento.

Nas aulas de português estavam presentes seis mulheres, em um grupo majoritariamente masculino. Revelando assim, como as mulheres se apresentam em um menor número, mesmo em espaços de aprendizagem da língua. Das mulheres participantes da aula de português três eram casadas e estavam com os maridos na aula e três estavam sozinhas, todas eram sírias. Durante a atividade realizada em aula, as mulheres em sua maioria foram muito participativas, falando em português e respondendo as perguntas colocadas. Porém, ao fim da atividade e com o convite a fazerem parte do estudo, nenhuma mulher se prontificou em participar. Há hipótese que isso pode ter ocorrido pela dificuldade em compreender o objetivo e os resultados do estudo, por estarem inseridas em um contexto institucional, em virtude da delicadeza do tema, questões culturais e entre outros.

Com relação as entrevistas em profundidade, foram entrevistadas cinco mulheres, sendo que uma era a participante do projeto supracitado, três funcionárias de um restaurante sírio, todas a viver em Lisboa e uma senhora a viver no Porto, realizando um estágio profissional. Neste sentido, destaca-se que as cinco mulheres são sírias, com idades entre 20 a 45 anos, chegaram a Portugal num período de 9 meses a 2 anos e meio (até a data das entrevistas), por meio dos Programas de Recolocação e Reinstalação de Refugiados. Cabe salientar a importância de ouvir este público, recém-chegado no país e dentro destes programas governamentais. Quatro das mulheres entrevistadas vieram para Portugal por meio do Programa de Recolocação, da Grécia a Portugal, e uma senhora por meio do Programa de Reinstalação, do Egito a Portugal.

Todas as mulheres entrevistadas são mães, a idade dos filhos varia de 1 a 19 anos. Três das mulheres entrevistadas estão em Portugal sem o companheiro, duas delas estão com os maridos, duas tem os pais presentes no país e todas estão com seus filhos. Duas senhoras estão com um dos filhos no país de origem ou em outro país do trajeto migratório. Com relação a educação, uma senhora entrevistada possui curso superior em engenharia, outra relata ter estudado até o 12º ano e uma terceira relata não ter terminado os estudos após casar.

Serão apresentadas então as dimensões de análise e os resultados obtidos através do trabalho etnográfico. Afim de preservar a identidade das mulheres entrevistadas foram dados nomes fictícios a cada uma delas (Ana, Flávia, Tatiana, Renata, Manuela).

4.1.1 Mulher em situação de refúgio

O tema central desta pesquisa está no viés de género, tendo como foco a mulher em situação de refúgio. Optou-se então por questioná-las em específico sobre como é para elas serem mulheres neste contexto de mobilidade e mudança, ou seja, a identidade social de ser mulher.

Segundo uma das entrevistadas a vivência do processo de refúgio foi mais difícil por estar sem um homem consigo, e ter a responsabilidade sobre as filhas pequenas, não se sentiu segura. Esta realidade foi destacada por apenas uma das entrevistadas, as demais salientaram perceber dificuldades para homens e mulheres, sem diferenças. As entrevistadas relatam não sentirem discriminação em Portugal por serem mulheres, apenas destacam que a integração com outras mulheres é difícil pelas diferenças linguísticas.

Salientam também que devido as diferenças culturais do país de origem e Portugal, tem mais dificuldades em compreender sobre o trabalho e os novos papéis destinados as mulheres. Ana salienta que mulheres estrangeiras e mulheres sírias são mulheres, e sendo assim, podem fazer tudo. Para ela, todas as mulheres querem apenas que seus problemas acabem e possam viver melhor.

Tatiana destaca que as mulheres são mais emocionais e sendo assim, tem necessidades mais emocionais. Para ela, é mais fácil para os homens pois estes saem mais de casa, não tem a responsabilidade maior com os filhos, conseguem interagir e conversar mais, enquanto para a mulher é diferente. A entrevistada destaca que vivenciou grandes mudanças em sua vida, “já não é como costumava ser”. As mudanças vividas trouxeram consequências em sua autoestima, não consegue cuidar de si como gostaria, se sentir bonita. Quando chegou no país de acolhimento, ao receber doação de roupas, mesmo que grata pela ajuda, as roupas não diziam sobre ela, não eram suas escolhas. Aqui em Portugal está sempre doente, cheia de responsabilidades, depressiva e sem esperança.

4.1.1.1 Maternidade

Dentre as vertentes relacionadas ao género, a maternidade foi destacada por todas as mulheres. A grande preocupação delas diz respeito que os filhos estejam bem, possam estudar e se desenvolver. Ana relata que só vai poder viver melhor quando os filhos estiverem estudando e se adaptando.

Tatiana se tornou mãe durante o trajeto migratório e relata que ser mãe por si só já não é fácil, mas ser mãe em um país estranho, sem conhecer ninguém, sem família, é muito difícil. Porque precisa ser a avó, a tia, primos, toda a família em uma pessoa só.

“Eu preciso que elas sintam que tem um lar, tem família” (Tatiana).

Tatiana relata que tudo mudou ao ser mãe, todas as suas perspectivas, e estar em um país estranho neste contexto é muito difícil, pois esta longe do apoio da sua família, amigos, para se comunicar,

perguntar, para resolver os problemas, é muito difícil estar sozinha. A entrevistada relata também que sua socialização é difícil diante das suas responsabilidades e da realidade que vive aos 23 anos, que é diferente das mulheres portuguesas.

Baker (1986) destaca que a maternidade, o tornar-se mãe pela primeira vez traz consigo uma perda da identidade pessoal da mulher, pois a partir dali deve renunciar muitos dos seus papéis. A maternidade pode ser experienciada então de diferentes ângulos e aspetos por cada mulher. Segundo a autora, o padrão da família, os amigos e as redes sociais desta mulher influenciam sua experiência com a maternidade. O sentimento de “eu como mãe” e a satisfação com a maternidade é fortalecida através destes vínculos e contatos, fornecendo uma imagem positiva e uma visão tradicional da maternidade. A autora relata que a positividade da identidade social materna está associada ao vínculo estabelecido com outras mães neste momento.

No entanto, o que se observa na realidade das mulheres entrevistadas, em especial com a Tatiana, é que se tornaram mãe já em contexto migratório, e não possuem essa rede de familiares e amigos, afim de dar este suporte na experiência da maternidade. Sendo uma ação fundamental o desenvolvimento destes laços entre mães que estão a viver o mesmo momento de vida.

Santinho (2011) destaca também a “angústia da maternidade isolada”, a qual é possível observar na entrevistada, diante do novo papel como mãe, das novas responsabilidades e obrigações, sem ter o apoio de familiares e amigos.

4.1.2 Trajetória até Portugal

O percurso migratório e a trajetória até Portugal não foram temas muito aprofundados pelas mulheres, muito provavelmente por ser um tema sensível para se expor, devido a grande carga emocional e vulnerabilidades vividas neste processo. Esta dimensão teve como objetivo compreender a trajetória vivenciada até Portugal, como foi o percurso, se estavam sozinhas e os desafios vivenciados em quanto mulheres nessa realidade. No entanto, foi destacado que todas as mulheres entrevistadas foram obrigadas a deixar seu país de origem em virtude da guerra na Síria. Duas das mulheres entrevistadas casaram durante o percurso migratório e tiveram filhos no contexto de mobilidade.

Flavia, uma das senhoras entrevistadas, relata que o trajeto foi muito difícil, esteve em zonas entre tropas e conflitos, sem comida e possibilidades de permanecer. A trajetória das mulheres entrevistadas teve como percurso de 3 a 4 países.

Com o fechamento das fronteiras na Turquia e Grécia algumas das entrevistadas ficaram sem opções de deslocamento. Flavia, estava no Líbano com o marido e o filho de dois meses e foi a Turquia visitar seus pais, porém, com o fechamento das fronteiras, se viu impossibilitada de retornar até o marido novamente, indo então para a Grécia e da Grécia à Portugal, mas sem conseguir se reunir com o marido até então. Para Robbers et al. (2016), as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em busca de refúgio tornam-se cada vez mais profundas de acordo com o reforço das políticas de imigração e os controles

de fronteiras. Com o fechamento de fronteiras, há a necessidade de busca por diferentes formas e caminhos para se chegar ao continente, dando margem aos contrabandistas e tráfico de pessoas, além de casos como de Flavia, a impossibilidade de reunir a família novamente, estando em uma situação vulnerável, sozinha, com os pais idosos e filho pequeno.

Neste contexto, na Grécia, as mulheres e suas famílias foram apresentadas ao Programa de Recolocação, como uma possibilidade de se estabelecerem na Europa. Uma das entrevistadas, Tatiana, contou que foram apresentados ao programa com a possibilidade de escolherem oito países e ao final soube que foi escolhida por Portugal. A senhora entrevistada que chegou a Portugal por meio do Programa de Reinstalação contou que foi da Síria ao Egito com seu marido e filha afim de encontrar com sua família extensa, e lá o ACNUR apresentou o programa e fez o convite para irem a Europa. Um ano depois souberam que viriam morar em Portugal.

Dentre as mulheres entrevistadas, nenhuma havia selecionado Portugal como país de destino, em virtude de não terem pessoas conhecidas no país ou pelo desejo de encontrar com a família que está em outros países da Europa. Flavia ao se candidatar para o programa tinha a expectativa de ir à Alemanha encontrar com o irmão e solicitar a reunião familiar com o marido, mas foi escolhida por Portugal. Ainda assim, elas revelam gostar de Portugal, por ser um país tranquilo e seguro. Ana comentou sobre o quão bom foi ter se estabelecido em um lugar e não ter mais que viver “indo de um canto ao outro sem saber do dia de amanhã”. Ou seja, ter enfim estabilidade, previsibilidade e controle sobre sua vida e de sua família novamente.

4.1.3 Portugal

A dimensão “Portugal” teve como objetivo compreender a percepção das mulheres sobre o país de acolhimento, quais suas perspectivas, as realidades vivenciadas diante de um novo país. Dentre as mulheres entrevistadas em sua maioria ressaltam gostar de morar em Portugal, em virtude do clima, da tranquilidade, segurança. Ana resalta gostar do país principalmente pela tranquilidade que trouxe para seus filhos e por agora poderem se estabelecer em um país finalmente. Destaca-se nesta dimensão a dificuldade em não conhecerem ninguém no país e a complexidade da língua, que limita as interações e a integração.

“A vida aqui é boa, mas difícil ao mesmo tempo” (Ana, traduzida por mediador).

Outro fator destacado sobre Portugal foi com relação ao número de taxas a serem pagas no país e as burocracias existentes. Uma das senhoras presentes na atividade na aula de português, ao ser questionada sobre o que percebe como mais diferente em Portugal, relata considerar as taxas cobradas muito diferentes do seu país, pois lá não haviam taxas e aqui há muitas a serem pagas.

4.1.3.1 Programa Português de Recolocação/Reinstalação de Refugiados

O Programa Português de Recolocação e Reinstalação de refugiados foi levantado como um tema relevante durante as entrevistas. As entrevistadas trouxeram como grande preocupação o que fazer após o fim do tempo de subsídio, como irão se sustentar e sobreviver no país. Este tema surge como produtor de grande angústia e preocupação. Manuela, está a trabalhar no restaurante sírio, e expõe que não sabe o que fará após o fim do apoio. Ela relata que como está em Portugal sozinha com as filhas, não tem marido para auxiliar nas despesas, só com seu salário não conseguirá pagar as contas e sem a casa que está agora, que é arrendada pelo programa, não sabe o que fazer.

Tatiana ressalta a mesma preocupação, no que acontecerá após o fim do programa. Ela coloca que no momento tem a renda da casa, salário, aulas de português, mas não possui suporte, informações e apoio. Os responsáveis designados pela PAR para acompanharem sua família não possuem as informações de que eles precisam e não conhecem os procedimentos do SEF, além de não estarem disponíveis para as necessidades da família. A entrevistada questiona também a falta de regras claras, as dificuldades enfrentadas com documentações, papeis e fazer a lei valer.

Outro fator levantado pelas entrevistadas diz respeito as aulas de português, que acabam demorando muito para iniciar, dificultando na integração. Além disso, nem todos os professores são especializados em ensinar o estrangeiro, o que dificulta na compreensão, além de alguns professores serem voluntários o que limita a disponibilidade e andamento das aulas.

“Estamos aqui por dois anos, vão pagar a renda da casa, dar um salário. Mas depois dos dois anos, o que? Como conseguir um trabalho? (...) Como as coisas vão correr depois de dois anos? As pessoas têm que esperar por muito tempo pela língua portuguesa. Então ficam um ano a espera, e o que?” (Tatiana).

4.1.4 Integração/ Interações Sociais

Tendo em vista a integração e inserção na sociedade portuguesa, faz-se importante compreender as interações sociais, como se configuram e se estabelecem, com quem as mulheres interagem. As entrevistadas revelam que em seus momentos livres, quando não estão a trabalhar, passam tempo com os filhos e a família. Em virtude de terem muito tempo ocupado com o trabalho, desejam estar junto com os filhos em seus momentos livres.

Para muitas das entrevistadas o trabalho se configura como um produtor de relações sociais e amizades. Destacam em suas falas o prazer em conhecer os amigos de trabalho. Além do trabalho, destacam que nas aulas de português ou nas instituições que lhes prestaram apoio foi possível conhecer pessoas, mas que consideram colegas, não amigos. Nas aulas de português observadas foi possível notar uma grande interação entre as mulheres, durante os intervalos das aulas. O grupo se dividia no jardim entre homens e mulheres, as mulheres permaneciam juntas em uma mesa a comer e conversar.

Uma das entrevistadas relata que nenhum dos seus amigos ou familiares da Síria vieram para Lisboa, todas as pessoas que conhece agora são novas, “tudo novo”. A língua se configura como um grande limitador, pois ao não falarem português, não conseguem se comunicar com portugueses e ter amigos portugueses. Além disso, muitas mulheres entrevistadas falam árabe somente, sem ter outra língua como o inglês, como recurso de comunicação. Ao não serem capacitadas na língua portuguesa, ficam limitadas em sua inserção na sociedade portuguesa.

“Minha mãe não conhece portugueses porque não fala português, se falasse ela teria amigos sim. Porque ela gosta de conhecer novas pessoas, novos países, mas se não fala é difícil” (Citação do mediador de Ana).

O país de origem se configurava em um espaço onde tinham família, amigos, mas em Portugal se limitam a casa, escolas das crianças, sem conseguir novos relacionamentos. Uma das entrevistadas destaca que conheceu famílias de refugiados em Portugal, mas todas já foram embora, por não saberem como seria após o fim do programa. Sendo assim, ela hoje interage apenas com uma família curda que mora próximo a sua casa. Além disso, revela que sente dificuldades em fazer amizades em Portugal pela diferença nas realidades vividas. Ela com 23 anos já é mãe de duas meninas, enquanto as mulheres portuguesas da mesma idade estão a viver outra fase da vida, e acaba assim por não conseguir estabelecer vínculos.

A falta de amigos e de vínculos no país de acolhimento configura-se como uma dimensão significativa para uma das entrevistadas, que mora em uma cidade com menos refugiados, se sente sozinha em momentos cruciais como o nascimento de uma de suas filhas, onde só tinha o marido para dar o suporte. Observa-se também que há uma tendência de interação maioritariamente com pessoas da mesma cultura e que estão vivenciando o mesmo momento de vida. Para além da língua, conforme destacado anteriormente, há uma maior identificação não apenas pelo momento de vida, mas pelas memórias e identidade cultural que se estabelecem nestas relações.

Segundo Merton (1968) conforme as situações na vida de um indivíduo se modificam, suas interações sociais passam a se modificar também. Neste sentido, as mudanças passam a afetar as definições individuais e dos outros no que corresponde a participação e afiliação de grupos de pertença. O autor relata que a transferência de um indivíduo para outro grupo já estabelecido, como é o caso da mudança de um migrante para a sociedade portuguesa, é muito difícil. O contato inicial tende a envolver uma intensificação dos velhos laços e em alguns casos, segundo o autor, estes passam a ser imbuídos de um afeto desproporcionalmente grande. Vivencia-se uma ansiedade que acompanha o desagrupamento ou a ausência de grupo, ainda assim, os grupos sempre deixam uma memória, uma reserva potencial, que pode ser resgatada em momentos de crise e necessidade.

4.1.5 Trabalho

A dimensão do trabalho foi a mais evidenciada em todas as entrevistas. Das cinco mulheres entrevistadas apenas uma já havia trabalhado no seu país de origem, mas parou de trabalhar ao se casar. Isso se dá tanto devido ao término da faculdade e ao início da guerra não ser possível entrar no mercado de trabalho, assim como por questões culturais nas quais algumas mulheres sírias não costumam trabalhar, segundo as entrevistadas, para elas lhe cabe as atividades de casa e com os filhos. Ana, destaca que a mulher estrangeira esta acostumada com trabalho, mas para mulher síria é algo novo, não é algo de costume. Neste sentido ao chegarem a Portugal e perceberem que precisam trabalhar, pois apenas o salário do marido não será suficiente, ou por estarem sozinhas neste contexto e precisarem de recursos, vivenciam uma grande mudança, em âmbitos culturais, sociais, identitários.

Ainda assim, 2/3 das mulheres entrevistadas afirmam gostar de trabalhar. O trabalho é perspectivado como um espaço importante para conhecer pessoas e se integrar. Interessante observar que as mulheres não colocam o ordenado como sentido principal do trabalho, mas sim poderem estar ativas, interagindo, passando o tempo, ao invés de ficarem em casa, sozinhas e pensando no passado, nas perdas e preocupações. O trabalho é configurado como um espaço em que ficam “vivas” e “fortes”.

Porém com o trabalho acabam ficando menos tempo com os filhos. Uma senhora destaca que não encontra sentido em estar em Portugal, precisar trabalhar e não poder ficar com seu filho, o que lhe gera muita dor. Este tema se revela como um alívio para outra entrevistada, que por ter filhos mais velhos, não tem mais obrigações com eles e então é mais fácil para ela trabalhar. Ana destaca que para as mulheres com filhos pequenos é muito difícil conseguir trabalhar e cuidar das crianças.

Os trabalhos realizados por estas mulheres estão intimamente ligados a sua cultura e seu país de origem. Em sua maioria trabalham com culinária e produtos de origem síria. Uma das entrevistadas relata que ao cozinhar lembra do seu país, do seu dia a dia cozinhando em casa e isso é muito bom, se sente bem. Para além destas áreas uma das mulheres trabalhou com costura, no projeto supracitado, e outra está a fazer um estágio em engenharia, com a expectativa de ser contratada ao final do estágio. Para esta, o trabalho se destaca como um espaço onde pode treinar o português e melhorar sua comunicação, além de ter recursos para sua família e perspectivas para o futuro.

Das ações observadas, destacam-se pontos importantes sobre o trabalho. Uma das senhoras presentes na aula de português relata nunca ter trabalhado antes também, em virtude de este não ser um costume em seu país, em Portugal, porém trabalha com uma empresa de comida, e gostaria de poder trabalhar com crianças ou abrir uma pastelaria. Ana, participante do projeto acompanhado, revelou amplo desenvolvimento ao logo do projeto. No início estava mais tímida, nos mercados de rua não interagia com os clientes ou saía sozinha para caminhar, mas ao longo do projeto e das feiras que participou passou a ser mais pró-ativa, comunicativa e independente. Nota-se que mesmo em um novo contexto e com a necessidade de assumir este novo papel, as mulheres relatam gostar de exercer estas funções, com o desejo de continuar a trabalhar.

Baker (1986) salienta que o trabalho possibilita um novo status a mulher, é um auto intensificador pessoal, pois através do trabalho a mulher vivencia a independência financeira, o desenvolvimento pessoal e intelectual, além da possibilidade de se expressar, realidades estas que a maternidade, por exemplo, não proporciona, gerando dependência, isolamento social e perda de identidade, segundo a autora. Ainda assim, a autora relata que tarefas como cuidar das crianças e da casa são pessoalmente significativas para muitas mulheres, tornando a impossibilidade deste movimento, como para uma das mulheres entrevistadas, sinônimo de grande perda de sentido para o trabalho e a vida.

Segundo Abranches (2007), a atividade profissional para mulheres muçulmanas representa uma estratégia de autonomização, uma passagem do espaço privado ao espaço público, que em muitos casos não era possível no país de origem. Segundo a autora, este encontro com a sociedade ocidental possibilita a algumas destas mulheres novas perspectivas, possibilidades e sua independência.

4.1.6 Desafios e Necessidades

Ao longo do trajeto migratório e ao chegarem no país de acolhimento, muitos foram os desafios, dificuldades e necessidades enfrentadas pelas mulheres entrevistadas. Dentre os desafios elencados, a distância da família se resalta como uma questão de profunda relevância. Algumas mulheres têm seus familiares em zonas de conflito ou em países distantes. Flavia relata grande tristeza ao estar longe do marido, que está na Turquia. Ela conta que seu filho de 2 anos já não reconhece o pai nas fotos, pois a última vez que estiveram juntos ele tinha apenas 2 meses. Além disso, se o visto do marido expirar ele será obrigado a voltar a Síria, e devido a sua idade será obrigado a lutar na guerra. Flavia já entrou com o pedido de reunião familiar diversas vezes, mas não obteve nenhuma resposta e nem suporte neste sentido. Esta é a realidade de muitos refugiados em Portugal, dos 15 pedidos de reunião familiar recebidos pelo país, até abril de 2018, dos quais levaram 5 meses para serem analisados, apenas 1 refugiado conseguiu trazer sua família.²⁵

A distância da família, a preocupação constante com aqueles que ficaram na Síria ou estão em países distantes é muito presente no dia a dia destas mulheres. Isso se agrava com as impossibilidades de saírem do país, sem a documentação resolvida. Sendo este outro fator de preocupação. A residência concedida de 6 meses no primeiro momento deve ser substituída ao final deste tempo por uma de 3 anos, mas elas se encontram tendo que renovar a documentação de 6 em 6 meses.

Conforme destacado anteriormente, o fim do apoio do programa também é um grande desafio enfrentando por elas. Como será a vida após o tempo do programa, se conseguirão se manter, terão emprego, como pagar a renda, como sustentar sua família, são os questionamentos frequentes. Elas

²⁵<https://www.publico.pt/2018/04/19/sociedade/noticia/centenas-de-refugiados-em-portugal-e-so-um-conseguiu-luz-verde-para-trazer-a-familia-1810503>, consultado em 14/05/2018

relatam que buscam respostas, buscam pensar o que fazer, mas ainda não encontraram a solução. Destacam a necessidade de mais apoio neste sentido.

O fortalecimento e a preservação da cultura de origem são preocupações vivenciadas pelas mulheres. Duas das entrevistadas destacam grande preocupação em ensinar o árabe as suas filhas. Em virtude de as crianças estarem na escola a aprender português, as mães têm uma preocupação em ensinar o árabe em casa, fortalecer as conversas em árabe para que as crianças não percam sua língua. Uma das entrevistadas relata ainda o desejo de retornar a Síria após a guerra, para que as filhas aprendam o árabe sírio original.

A questão da língua é evidenciada também em uma outra perspectiva, como um limitador ao se buscar integrar no país. Sem a língua portuguesa elas não conseguem se comunicar, pedir informações e se autonomizarem em Portugal.

Segundo Abranches (2007) a língua representa um traço central na distinção de “minorias étnicas”. Destaca-se nesse sentido a dificuldade em aprender a língua do país, o que traz consequência na entrada no mercado de trabalho, sucesso escolar dos filhos e a integração no país de acolhimento. Além disso a língua do país de origem acaba por ser perdida pelos filhos dos que migraram, pois tendem a se desenvolverem melhor na a língua do país de acolhimento, sendo um tema sensível neste contexto. Neste sentido, tendencialmente há uma pressão e uma preocupação por parte das mães para a transmissão de símbolos de identificação cultural, como a língua, para com os filhos, e que fortaleçam assim o sentimento de pertença ao país de origem. A autora destaca que a língua representa a memória familiar e a preservação do passado, de um passado que é também linguístico.

Outros desafios enfrentados pelas entrevistadas diz respeito a falta de informações e acompanhamento, a adaptação a um país novo, com culturas diferentes. É evidenciado também, por uma das entrevistadas, uma difícil relação com os responsáveis locais, que deveriam dar o suporte inicial, mas não apoiam ou tem as informações necessárias, além disso, segundo a entrevistada agem com desrespeito e subestimam os conhecimentos e as capacidades da família atendida, reproduzindo relações patriarcais. Outra destaca também que um desafio enfrentado se refere aos filhos ainda não poderem trabalhar, pois não completaram 18 anos, o que dificulta no orçamento da casa. Além disso, as entrevistadas revelam grande sofrimento em seu trajeto e novo contexto. Uma senhora, aluna do curso de português, relata sentir muita falta da família e amigos, da sua casa. Estar aqui é muito difícil e triste, sente muita falta da sua vida antes.

“Só queria que você falasse mais uma coisa para ela. A mulher, quando saiu da Síria, não foi por motivos de passeio, turismo ou algo do gênero. A mulher síria saiu de lá muito triste e cansada por querer fugir de uma situação de guerra. As pessoas não sabem o que é isso. Nós não temos o hábito de ficarmos falando contra sobre tudo o que aconteceu. Talvez as pessoas só achem que simplesmente fugimos de uma guerra, mas todas as situações que tivemos que passar até chegarmos nesse país são muito mais difíceis do que qualquer pessoa pode imaginar” (Ana, transcrita na íntegra por mediador externo).

4.1.7 Projetos

Dentre os desafios e necessidades elencados, algumas entrevistadas apontaram a importância de ações e projetos específicos para apoiarem nestas realidades. Uma das ações destacadas está relacionada a dimensão anterior do trabalho. Para algumas senhoras, e neste caso a mãe da entrevistada, que são mais velhas e vem de uma cultura mais forte, é muito desafiador chegar no país e começar a trabalhar, pois isso não fazia parte da sua cultura, do seu dia a dia, do papel da mulher na sua sociedade. Sendo assim, ressalta como importante um apoio neste sentido.

“Quando minha mãe chegou cá disse: Sou mulher só, não tem marido. Não costumo trabalhar, não costumo pagar renda. E disseram: Não, aqui as mulheres trabalham, aqui as mulheres pagam. E para ela isso não faz sentido, porque a mulher não é como se fosse uma mulher e um homem. O homem ajuda mais, por isso eles tinham que dar um apoio neste caso” (Renata, traduzida por mediador).

Neste mesmo sentido, destacam também como importante, ações de auxílio a inserção da mulher árabe no mercado de trabalho. Buscar compreender o que cada mulher já sabe fazer, como cozinhar, costurar, e a partir disso capacita-la para aprimorar, aprender e poder trabalhar mais facilmente. É preciso, segundo Ana, ajudar e ensinar as mulheres sobre o trabalho, e demais questões que ainda não sabem, e não existe um apoio neste sentido, se houvesse a inserção da mulher árabe seria muito mais fácil, segundo ela.

Evidenciam também que há um grande desconhecimento por parte dos europeus sobre os sírios, ou sobre a mulher síria. Uma das entrevistadas relata que muitas pessoas fazem perguntas sem coerência e que nem ela sabe responder, revelando um grande desconhecimento sobre esta nova cultura que está chegando no país. Neste sentido, Tatiana propõe que seria de extrema relevância haverem encontros para proporcionar conversas entre famílias de refugiados e famílias portuguesas, espaços de convívio e troca. Segundo ela, muitos portugueses querem conhecer sobre a cultura e a realidade dos refugiados, e encontros como esse seriam uma ótima oportunidade para conversarem, trocarem informações e criarem vínculos.

Neste sentido, segundo Santinho et al. (2014), a cultura está sempre em transformação e mudança, e não deve ser vislumbrada em um sentido de segregação. No trabalho com mulheres migrantes/refugiadas, não se pode agir com o foco apenas das diferenças que separam “elas” e “nós”, mas é preciso perspetivar as muitas ligações, numa postura agregadora e de crescimento mutuo. Sendo assim, as diferenças culturais não devem ser um impeditivo para a comunicação e o trabalho, mas sim a possibilidade de escuta e crescimento conjunto. Porém, nota-se que, em muitos casos, acabam sendo um impeditivo devido ao desconhecimento das instituições e da sociedade perante estas mulheres.

4.1.8 Futuro

O futuro foi um dos temas destacados como dimensão de análise, com o intuito de compreender quais as perspetivas das mulheres a longo prazo. O trabalho é destacado como um dos objetivos para o futuro, continuar a trabalhar ou a inserção no mercado de trabalho. Permanecer em Portugal também se destaca como um dos objetivos a longo prazo, ainda que existam dificuldades atuais para continuarem no país.

Uma das entrevistadas relata o desejo de voltar a Síria, assim que a guerra acabar e que haja possibilidades para o retorno. Seu desejo é que as filhas possam aprender o árabe sírio e possam voltar a viver em seu país. O desenvolvimento dos filhos também é apresentado como uma expectativa para o futuro. Além de o desejo que os filhos se estabeleçam melhor no país e aprendam o árabe e a cultura do país de origem da família.

As entrevistadas ressaltam o desejo de terem uma vida tranquila no futuro. Uma delas destaca o desejo de morar novamente com a família ou em um país próximo, onde possa visita-los com mais frequência.

Uma maior socialização em Portugal também é frisada como um desejo futuro, ter mais amigos e uma maior rede de contatos. As entrevistadas afirmam ainda estarem pensando e perspetivando sobre o futuro, sem saberem muito como tudo vai correr até lá.

4.2 Mulheres em situação de refúgio em Portugal, segundo a perspetiva das instituições

Com o intuito de compreender diferentes olhares e visões sobre a realidade das mulheres em situação de refúgio, entrevistou-se oito técnicos de instituições da sociedade civil. Dentre as instituições entrevistadas, duas trabalham no acolhimento institucional dentro do Programa de Recolocação/Reinstalação de Refugiados, quatro são instituições organizadas por portugueses com o intuito de auxiliar na integração de refugiados, sendo duas delas destinadas a integração de mulheres no mercado de trabalho, além de uma organização internacional com sede em Portugal e uma entidade organizada por refugiados com vistas a auxiliar refugiados no país. Das oito entidades entrevistadas, apenas três desenvolvem projeto específico com mulheres, sendo os três projetos para a inserção da mulher síria no mercado de trabalho.

As instituições com responsabilidade nos Programas de Recolocação e Reinstalação de Refugiados levantam a problemática de ainda estarem a trabalhar tendo como foco as urgências, não sendo possível ainda planear ações a longo prazo, pois estão a tentar suprir as necessidades básicas necessárias aos refugiados. Em virtude destas necessidades emergenciais, não é possível pensar nas questões de género e na especificidade da mulher, sendo utilizado então abordagens padrões para os problemas de género na experiência do asilo. Porém, é preciso compreender a necessidade de um atendimento estratégico a longo prazo, em que as necessidades emergenciais sejam supridas, mas sem perder o foco nas especificidades de quem chega.

Além disso, é ressaltado por diferentes entidades a falta de um trabalho em rede entre as instituições. Ressaltam haver uma rivalidade entre as entidades em busca de projetos únicos, sem se aperceberem que se trabalhassem juntas teriam uma eficácia maior. Destaca-se também, dentre os entrevistados, que algumas entidades desenvolvem ações tendo em vista a autonomia do refugiado, enquanto outras tem um comportamento assistencialista, gerando dependência apenas, sem possibilitar a voz dos mesmos.

Um dos técnicos entrevistado relata a importância e o desafio em combater diariamente a lógica da fadiga da compaixão, e não desumanizar as pessoas afim de lidar com situações problemáticas. Além disso, ele relata também que em virtude das relações que se estabelecem entre instituição e refugiadas e as relações de poder existentes, nem sempre conseguem identificar e perceber questões de violência sexual e de gênero. O entrevistado ressalta também a presença das relações patriarcais e que as instituições são promotoras também destas relações e contribuem para este padrão em muitos casos. Segundo Butler (2003) é preciso perceber como é produzida e reprimida a categoria das “mulheres”, e como este processo se dá justamente através das estruturas de poder que deveriam auxiliar em sua emancipação.

4.2.1 Mulher em situação de refúgio

No que diz respeito ao gênero e refúgio, as instituições destacam as mulheres como um grupo heterogêneo, com diferentes tipos de integração. Para Baker (1986) não se pode supor, ao falar sobre mulheres ou sobre a identidade social da mulher, como um grupo homogêneo. As mulheres desempenham diferentes papéis sociais e são influenciadas por cada um deles, tornando-se assim um grupo heterogêneo. A heterogeneidade das mulheres pode ser observada, segundo a autora, ao notar-se que as mulheres podem definir sua identidade social, ou suas identidades, em comparação com outros grupos de mulheres e não apenas nas distinções existentes com os homens. Sendo assim, é importante salientar que para além de um grupo de gênero homogêneo, se trata de um grupo social heterogêneo e sendo assim, é preciso conhecer as diferentes realidades vivenciadas e desenvolver ações diferenciadas a estas realidades e experiências (Baker, 1986).

Segundo os entrevistados as mulheres se constituem como um grupo mais frágil, com uma maior vulnerabilidade e uma integração mais difícil, em virtude da responsabilidade doméstica e com os filhos, além de muitas não possuírem experiência de trabalho e escolaridade. Neste sentido, revelam-se as desigualdades e assimetrias com o homem, que trabalha e estuda, sendo estes poderes simbólicos do homem perante a mulher. Além disso as insuficiências financeiras geram uma maior assimetria de gênero e uma relação patriarcal ainda mais forte, segundo entrevistado.

Outro fato destacado é que os homens têm a possibilidade de sair de casa, interagirem, participarem das aulas de português, enquanto elas vivem um isolamento maior, com a responsabilidade

em lidar com os filhos, com a casa, além de todas as mudanças vivenciadas geográficas, económicas e sociais.

4.2.2 Trajeto para Portugal

Com relação ao trajeto migratório destaca-se nas entrevistas que o número de mulheres é menor devido as estratégias de partida. Os agregados familiares tendem a “por as fichas” em uma pessoa que seja mais capaz de sobreviver, normalmente os homens, pois uma senhora pode ser mais facilmente vítima de violência, e é mais fácil que não chegue ao destino final, segundo entrevistado. No padrão de género da deslocação, há uma pré-seleção, segundo ele.

Os entrevistados ressaltam que as mulheres não viajam sozinhas. Uma das entidades entrevistadas destaca que isso se dá devido a grande pressão que existe sobre as mulheres em países muçulmanos e árabes. Além disso é muito perigoso para uma mulher, “são riscos infundáveis”. Há muitas situações de violação, redes de tráfico nos campos. Sendo assim, explicam que no contexto da recolocação há três categorias de mulheres: mulheres que chegam sozinhas, normalmente da eritreia e algumas do sudão, são as mais vulneráveis, com alta probabilidade de serem vítimas de violação, tráfico humano, em muitos casos por tempos alargados. É mais difícil o acesso até estas mulheres, pois não querem falar sobre estas experiências tão difíceis. A segunda categoria são mulheres que vem com os filhos, mães sozinhas, pode acontecer de o companheiro ter ficado no caminho ou morrer no trajeto. E o terceiro são mulheres que vem enquadradas em agregados familiares. Estas últimas duas categorias são percursos traumáticos também, a carga maior de trauma nas deslocações forçadas tendem a ir para as mulheres, uma carga afetiva forte. As mulheres são aquelas que sofrem a maior carga de tragédia na deslocação forçada segundo o entrevistado. Isso se dá, segundo ele, pela assimetria de poder nos agregados familiares, pressão patriarcal, além da opressão e dominação que são mais fortes em contextos de deslocação. Na deslocação é comum que hajam abusos físicos, emocionais, psicológicos e normalmente as mulheres que são alvo destas violências. Além disso, cabe a elas um conjunto de obrigações com a família, para além de lidar com seus percursos de vida, o fato de ter precisado fugir.

Uma das entidades entrevistadas ressalta que ainda não há também condições ideais para uma mulher viajar sozinhas, é muito perigoso. Para o homem é diferente por questões culturais, religiosas.

4.2.3 Portugal

Com relação a realidade vivenciada no país, um dos entrevistados destaca que os refugiados acabam por mostrar o que esta ruim na sociedade portuguesa. Muitos refugiados estão isolados nas vilas portuguesas, devido as condições existentes e ao valor dos alugueis nos grandes centros. Porém, ao serem alocados nas vilas, longes dos centros, os refugiados vivem isolados, sem ter pessoas com quem

conversar, não sabem a língua, não tem apoio, não sabem como ter acesso aos locais necessários e não conseguem se integrar.

Neste sentido, um dos técnicos destaca que os refugiados vivem um processo de duplo exílio. O exílio vivido na Grécia ou Itália, depois o exílio quando chegam a Portugal e vão para um lugar isolado, duplamente marginalizado. Ou seja, “espalha-se os refugiados pelo país, e muitos acabam isolados, sem apoio, em condições horríveis e tem que ir embora”, ressalta um dos entrevistados. E para aqueles que estão em Lisboa, vivenciam o desafio com o aumento do valor dos alugueis, não sendo o dinheiro que recebem suficiente para alugar um quarto.

4.2.4 Integração/Interação social

Com relação ao que diz respeito a integração, umas das entidades destaca que a integração da mulher na sociedade portuguesa é mais difícil. Além disso o entrevistado destaca a importância de se estratificar a amostra de mulheres por classe, e compreender os recursos técnicos, culturais e sociais presentes. Faz-se importante analisar que a deslocação forçada se configura como uma mobilidade social descendente, sendo um desafio a ser vivenciado na integração.

Diante das mulheres acolhidas em um centro de acolhimento a entidade relata que a interação das mulheres depende muito dos maridos. No início elas tendem a serem mais fechadas, demonstram que não queriam estar ali, mas com o tempo passam a pedir ajuda, oferecer ajuda, começam a ter uma relação maior e gostarem mais, agradecer a ajuda. O centro está sempre cheio de homens, gerando diferenças quando há uma mulher e dificuldades para elas neste sentido também. As mulheres tendem a ficar menos à vontade na casa, se isolando mais no quarto em alguns casos, outras apresentam medo em atividades novas como levar filhos na escola e trabalhar.

Com relação as mudanças vividas diante da integração em Portugal, umas das entidades formada por refugiados ressalta que o choque cultural acontece de ambos os lados. “Quando eu digo que tem um choque cultural, sim tem um choque cultural, das duas partes. Não é só dos refugiados para os portugueses, é dos portugueses e refugiados. Eles estão surpresos, nós estamos surpresos”. Porém segundo ele há uma série de questionamentos desrespeitosos e que demonstram desconhecimento da realidade do refugiado.

Neste sentido, os entrevistados relatam perceber ainda o preconceito e discriminação vivenciado pelas mulheres em relação a vestimenta e uso do *hijab*. Um dos entrevistados destaca também que em contextos de empregabilidade algumas mulheres são discriminadas pelo uso do *hijab*, como se o uso se estabelecesse como uma fraqueza da mulher. “Quando na verdade a fraqueza está na instituição empregadora que não quer contratar alguém pelas suas pertencas culturais e discrimina e segrega”, segundo ele. Isso ocorre também nas escolas, com os filhos destas mulheres. Uma das entrevistadas relata que uma senhora refugiada pertencente ao projeto teve dificuldades com sua filha, pois a escola quis proibir sua filha de usar o *hijab* na educação física e a obrigaram a usar o fato do desporto.

4.2.4.1 Isolamento

As instituições destacam uma maior dificuldade em chegar até as mulheres, pois, segundo os entrevistados, a mulher na cultura árabe não está tão exposta. Relatam perceber um maior isolamento por parte das mulheres devido as limitações linguísticas, por só falarem árabe, devido aos ambientes maioritariamente serem mistos, nos quais não estão tão à vontade. Além disso, no país de origem estavam acostumadas com o núcleo familiar e aqui já não possuem essa rede, pois ao fugirem tendem a fugir apenas com a família nuclear, ou a família do marido. Este isolamento passa também pelas responsabilidades com os filhos e a casa, tendendo assim a ficarem mais isoladas em suas rotinas e em alguns casos o marido não permite que saiam muito para fora deste contexto. Sendo assim, as mulheres tendem a se fechar mais entre sua família, percebe-se que não vão muito a procura de novas relações, são mais isoladas, segundo as entidades entrevistadas.

4.2.5 Trabalho

As instituições da sociedade civil com ações para refugiadas, nomeadamente trabalham com projetos de inserção de mulheres no mercado de trabalho. Ressaltam ter escolhido trabalhar com este público devido a vulnerabilidade e fragilidade destas mulheres. Segundo as entrevistadas, em virtude de não terem experiência de trabalho no país de origem, da responsabilidade no cuidado com os filhos, e de muitas ainda não terem habilitações, este grupo se configura mais vulnerável e, portanto, os projetos visam auxiliar nesta integração em Portugal. Para além disso, o salário do marido, para aquelas que estão com o marido no país, não é suficiente para a sobrevivência, e com a eminência do fim do subsídio do governo, elas precisam se inserir no mercado de trabalho.

Ambos os projetos têm em comum a cultura das mulheres como base para o desenvolvimento de produtos e ações. Os projetos têm como objetivo aproveitar o que as mulheres já sabem fazer, como cozinhar que era uma prática habitual na sua cidade natal e utilizar isso para poderem trabalhar, além de usar marcadores culturais como base para a elaboração de produtos. Ambos os projetos investiram em cursos profissionalizantes e cursos afim de ensinar e capacitar as mulheres para o trabalho.

Uma das entidades percebe que algumas das mulheres, participantes do projeto, preferiam estar em casa do que trabalhando, pois vem de uma cultura onde a mulher permanece em casa e o homem trabalha. Estar em casa se constitui como algo previsível e seguro, além de terem a percepção de que o papel do homem que esta associado a levar dinheiro para a casa. Ainda assim, a entrevistada destaca que elas se sentem valorizadas com o salário e conhecimento que ganham.

Outra entrevistada relata que com o trabalho as mulheres se sentem mais empoderadas, independentes. Porém, quando estão a trabalhar com os maridos, se comportam de formas diferentes. No início do projeto elas estavam mais tímidas, nas relações com os homens do grupo, mas com o

tempo já estão mais à vontade no trabalho e nas relações. Percebe que as mulheres querem ter sua independência.

A integração no mercado de trabalho é perspectivada com diferentes ganhos. As mulheres que estão a trabalhar em ambos os projetos já falam mais português, é possível perceber uma aceitação maior da comunidade portuguesa, e as estranhezas existentes de ambos os lados passam a desaparecer, além de que através do trabalho as mulheres fizeram amizade e criaram uma rede.

Em contrapartida, para um dos entrevistados a inserção no mercado de trabalho por parte das mulheres é muito difícil, devido as insuficiências nos processos de acolhimento que impedem de terem conhecimento da língua, o que permitiria o acesso ao trabalho. Este contexto vai interagir com uma estrutura familiar que as obriga a ficar em casa, impedindo assim uma inserção profissional. O entrevistado ressalta que em muitos casos as mulheres refugiadas não têm uma gramática coletiva para reinterpretar a sua vida de uma maneira emancipada, o centro das suas logicas reagem ou não a dominação, a dominação patriarcal.

4.2.6 Desafios/ Necessidades Percebidas

As instituições destacam perceber as necessidades das mulheres em diferentes níveis. Uma das primeiras necessidades apresentadas pelas mulheres, segundo as instituições, diz respeito a colocar seus filhos na escola. Outra necessidade muito presente está relacionada a aprendizagem da língua portuguesa e o acesso as aulas. No entanto, as instituições revelam dificuldades em prover esta carência pela falta de professores e voluntários.

A autonomia financeira também é percebida como uma necessidade apresentada pelas mulheres, sendo o acesso ao trabalho fundamental para elas. As entidades percebem também os processos burocráticos no país como um grande desafio enfrentado. As mulheres apresentam dificuldades com SEF, Segurança Social, na renovação de residência e andamento dos processos, que tendem a ser demorados. Apresentam também como dificuldade a falta de informações e muitas questões em aberto no âmbito legal e de integração.

Outro fator destacado está na dificuldade no acesso as estruturas da sociedade como educação e saúde. Algumas entidades revelam perceber uma falta de apoio das instituições de acolhimento a estas mulheres. Os média são levantados também como desafios enfrentados pelos refugiados, pois tendem a apresentar apenas um caso de sucesso, sem revelar a realidade dos refugiados em Portugal.

Ressaltam também as barreiras culturais e a adaptação vivida por esta mulher. Uma das entidades relata perceber grande preocupação e medo por parte das mulheres com relação ao futuro, ao fim do programa de recolocação. Se o período de 18 meses será suficiente para se autonomizarem. Além de preocupação com os filhos, trabalho, aprendizagem da língua.

4.2.7 Projetos

Dentre os projetos elencados como importantes e necessários para as mulheres, três instituições elencaram a criação de espaços de troca, conversa, um espaço para a fala. Uma das instituições destaca que devem haver temas importantes para as mulheres, que em ambientes mistos elas não falariam, como segurança e o trajeto até Portugal, por isso seria importante ter um espaço para a fala. Outra instituição ressalta como um projeto importante a ser desenvolvido diz respeito a atividades em comunidade, com outras mulheres, ou seja, abrir um espaço onde possa haver troca, abrir questões pessoais, um espaço feminino, um espaço para cozinham juntas, espaço de troca entre culturas, ligação entre as mulheres. A entrevistada percebe que as mulheres estão abertas a isso.

Neste mesmo sentido, um entrevistado destaca que qualquer projeto que crie condições para que as mulheres reflitam juntas seria muito importante. Não necessariamente uma reflexão produtiva, mas criar formas para falarem dos assuntos que quiserem, como suas angústias ou questões corriqueiras. Criar formas para que as mulheres possam refletir em conjunto sobre si próprias e sobre o que quiserem, criar um coletivo de vozes, em uma lógica empoderadora e emancipatória. Para o entrevistado enquanto não se criam capacidades para se reunirem, falarem umas com as outras e terem condições de uma subjetividade coletiva, não se chegará a lugar nenhum, e assim sair de um contexto produtivista, de criar uma boa mulher refugiada, cidadã, conformada, pacificada, sem voz própria. Além disso, o entrevistado destaca que era importante que os movimentos feministas se sensibilizassem ao tema. Sendo assim, o entrevistado destaca o apoio a auto-organização das mulheres refugiadas e ligar os movimentos feministas a estas mulheres. Neste sentido, faz-se de suma importância que estes movimentos conheçam este contexto, se aproximem desta realidade e suas protagonistas.

Outra entidade entrevistada destaca que o primeiro passo seria ter um lugar onde as crianças possam ficar. Além disso é preciso ir até as mulheres, ir de encontro a elas, passar as informações, pois muitas vezes são as menos informadas. Desenvolver ações que vão de encontro a elas, ao invés de esperar que elas vão de encontro as pessoas e instituições.

Ressalta-se também como projeto importante, um auxílio as mulheres no novo contexto de vida, era importante existir um mecanismo, tirar o estigma, auxiliando a mulher a entender a nova sociedade e empodera-las nas mais diferentes tarefas que precisará desenvolver. No mesmo sentido, uma ação importante, destacada por uma instituição, diz respeito a uma maior explicação aos refugiados sobre o país, a situação que esta a passar, língua, trabalho, agricultura, turismo. Segundo a entidade, é importante que hajam falantes de árabe, que entendam os refugiados, além disso Portugal precisa ouvir os refugiados, o que eles precisam.

4.3 Mulheres em situação de refúgio em Portugal, múltiplas perspectivas – Discussão dos resultados

Diante dos resultados obtidos no trabalho de campo com mulheres e instituições, foi possível compreender de forma mais alargada, ainda que inicial, a realidade da mulher em situação de refúgio. Interessante observar que em muitos aspetos as falas das mulheres e instituições se assemelham, em alguns momentos se complementam e em alguns pontos são muito contrastantes e antagónicas. Compreende-se assim, que são olhares diferentes perante a mesma realidade, em uma perspectiva de quem esta a viver a situação de refúgio e daqueles que estão a trabalhar com as necessidades deste grupo. Para além de perceber que as instituições tiveram acesso a realidade de outras mulheres, com experiências diferentes das entrevistadas, e agregam estas outras visões em suas falas, possuem também percepções diferentes com relação ao que é a vivência do refúgio e o acolhimento de fato, vivido por estas mulheres.

Dentre os muitos aspetos destacados pelas mulheres e instituições, ressaltam-se como pontos importantes a serem apontados a maternidade, identidade, o trabalho, integração/interação social, o Programa Português de Recolocação de Refugiados e projetos possíveis. No que diz respeito a maternidade, é importante salientar que várias mulheres entrevistadas se tornaram mães no trajeto migratório, e se encontram em Portugal sem apoio da família e amigos, tendo que exercer um novo papel, exigente e difícil, sem apoio e auxílio. A maternidade tem um grande peso para as mulheres e um contexto de fuga, acaba por evidenciar e aprofundar os desafios enfrentados. A grande preocupação das mulheres diz respeito aos filhos, sua saúde, educação e bem-estar. Um dos técnicos salienta a grande carga emocional presente nestas relações e o peso vivenciado pela mulher a fim de cuidar dos filhos e garantir suas necessidades neste novo contexto.

O processo da migração forçada é extremamente desgastante e vivenciado com uma série de perdas, lutos e consequências a nível físico e psicológico. Isso se evidencia ainda mais com as mulheres, que para além de precisarem dar conta das suas vidas neste novo contexto, precisam cuidar dos filhos em todo este processo, que não passa apenas pela fuga e trajetória, mas a adaptação a um novo país. Nota-se pelas entrevistas que o papel de mãe se sobressai sobre o papel de mulher, sendo a maternidade a maior responsabilidade e foco das mulheres, que relatam estarem bem, se os filhos estiverem bem. Suas identidades enquanto mulheres, são fortemente impactadas pela identidade como mães e esta nova realidade. Percebe-se também que a maternidade traz consigo um papel e uma função social, que esta intimamente ligada a sociedade e ao país de origem.

A identidade também é um aspeto muito relevante neste contexto, pois ao se deslocar para um novo país, um novo contexto, a identidade das mulheres também é abalada e modificada. Neste sentido, nota-se a fala de Tatiana ao dizer que “não é como costumava ser” e seu sofrimento em não poder mais escolher suas próprias roupas ou cuidar de si e do seu cabelo, da sua feminilidade. Como já referido, muitas mulheres se tornaram mães neste processo, ganhando um novo papel e uma nova identidade neste processo. As questões identitárias também são relatadas em um sentido de manter e fortalecer

laços com o passado. As mulheres relatam gostar de cozinhar e trabalhar nesta área, pois relembram seus momentos no seu país, a cozinha e o cozinhar se revelam como um espaço de pertença, de memória e identidade. Além disso, as mulheres entrevistadas demonstram uma grande preocupação em ensinar árabe aos filhos, em fortalecer a cultura síria para as crianças, tendo como intuito que esta identidade não se perca em um novo país.

No que diz respeito a integração, a grande questão levantada pelas mulheres diz respeito a aquisição da língua portuguesa, sendo esta o grande impeditivo para real integração e socialização segundo elas. Ao país não proporcionar aulas de português e o acesso a língua de forma qualificada, as mulheres são impedidas de se comunicarem, integrarem, terem acesso aos serviços de direito e trabalho.

As mulheres relatam que em seu tempo livre desejam estar com sua família e filhos. Ao falar sobre integração, tem-se a perspectiva de interação social com a sociedade, mas a realidade trazida pelas mulheres esta vinculada ao desejo de estar com os seus nos períodos em que não estão trabalhando. Além disso, vivenciavam no país de origem uma ampla gama de contatos e redes, enquanto no país de acolhimento estão limitadas ao ambiente da casa, escola dos filhos, sem conseguir desenvolver novos relacionamentos. Há também a dificuldade em desenvolver relacionamento pela grande mobilidade das famílias de refugiados, ou seja, apesar da facilidade de comunicação com famílias da mesma cultura, que estão a viver o mesmo momento de vida, estas tendem a sair de Portugal em virtude da falta de apoio no país, a busca por melhores condições ou o encontro com familiares em outros países. O isolamento foi amplamente elencado pelas instituições como uma realidade das mulheres e um comportamento presente nesta população, porém durante as entrevistas as mulheres relatam gostar do trabalho em virtude das relações sociais que este possibilita. Será o isolamento algo cultural ou desejado pelas mulheres, ou um comportamento vivenciado em virtude das impossibilidades vivenciadas no país, como acesso a língua e o suporte necessário? Quais estratégias podem ser desenvolvidas afim de auxiliarem as mulheres a saírem desse isolamento?

Apesar de apenas uma, das cinco mulheres entrevistadas já terem trabalhado antes e desta inserção no mercado de trabalho ser elencada como desafiadora para a maioria das entrevistadas, em virtude de não terem trabalhado antes e das diferenças culturais relacionadas com o trabalho, as mulheres relatam gostar de trabalhar e preferem estar a trabalhar, ao invés de estar em casa. Isso se dá porque no trabalho tem a oportunidade de conhecer novas pessoas, interagirem, serem produtivas, ao invés de ficarem em casa sozinhas, tristes e pensando no passado e nas dificuldades. Nota-se que o isolamento não é tido como algo positivo para elas ou que querem viver. O trabalho é configurado como um espaço onde ficam “vivas” e “fortes”. Em contrapartida, uma das instituições relata perceber que as mulheres, se pudessem escolher, prefeririam estar em casa, pois é o conhecido e seguro, o trabalho é vinculado ao papel do homem que é responsável pelo sustento da casa. Esta afirmação não se reflete integralmente na fala das entrevistadas, apenas uma senhora ressalta não ver sentido em trabalhar e não poder estar com seu filho, porém outra entrevistada relata que sua mãe, que trabalha no mesmo local, tem esta percepção do trabalho, e foi difícil para ela compreender que teria que trabalhar e “assumir essa

função do homem”. As questões vinculadas ao trabalho são salientadas por ambos os grupos entrevistados relatando dificuldades em compreender no início as diferenças culturais vividas no país de origem, e os novos papéis estabelecidos neste novo contexto.

Interessante observar que para a maioria das entrevistadas, mesmo vindo de um contexto onde culturalmente a mulher não trabalha, segundo elas, relatam encontrar no trabalho um espaço de vida e novas possibilidades, ou seja, rompem com a cultura original, na qual não havia o costume ou a prática do trabalho para a mulher, e buscam sua autonomia e desenvolvimento em outros âmbitos e papéis. O trabalho é revelado como um lugar onde desenvolvem melhor o português, sua sociabilidade, proatividade, independência e empoderamento.

O Programa Português de Recolocação é amplamente salientado pelas mulheres e instituições entrevistadas. Há um destaque para a falta de informações e regras claras. Uma das entrevistadas destaca não ter o apoio suficiente para sua integração e recobro, não consegue obter as respostas para as suas necessidades. As entrevistadas demonstram muita angústia com as incertezas em como deverão proceder após o fim do programa, necessidade esta percebida pelas instituições também. Questiona-se, qual o suporte oferecido para o desenvolvimento destas pessoas ao longo do período do programa para que tenham autonomia a seguir? E quais são as diretrizes após o fim do programa, qual apoio oferecido na prática para que consigam realmente se integrar na sociedade portuguesa? Neste mesmo sentido, as instituições alegam não conseguir dar um suporte maior ou promover ações a longo prazo, pois estão trabalhando com as urgências, no intuito de garantir as necessidades básicas. Porém, as mulheres encontram-se desamparadas e sem saber como perspectivar seu futuro.

A relação das mulheres com as instituições também é frisada durante as entrevistas. Uma das entrevistadas relata dificuldade no contato com a instituição e seus responsáveis locais, que acabam por reproduzir ações paternalista e discriminatórias, criando um ambiente constrangedor para ela e sua família. Além disso ela alega que os seus responsáveis locais não têm as informações necessárias e não sabem como funcionam as questões legais no país. Em contrapartida, as instituições revelam também uma dificuldade no acesso até as mulheres, no que diz respeito a aproximação e promoção de ações junto as mesmas. Outras instituições revelam perceber uma postura mais defensiva das mulheres no início, porém vão se relacionando mais profundamente com as entidades ao longo do tempo.

Em diferentes entrevistas surge como importante o desenvolvimento de projetos constituídos por espaços onde mulheres possam se encontrar com outras pessoas e culturas, e ter um tempo de troca e partilha. Estes espaços são perspectivados como de grande relevância para a integração, desenvolvimento, emancipação e empoderamento. É levantado a necessidade de ações de apoio as mulheres, na sua capacitação profissional e entrada no mercado de trabalho, além de auxiliá-las nos primeiros passos neste novo contexto. Buscar conhecê-las, saber suas potencialidades, e através disso promoverem a entrada no mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

Diante do fenómeno migratório e do processo de deslocação forçada, é fundamental (re)conhecer aqueles que são os agentes deste movimento. Além disso, é preciso compreender para além de um grupo indiferenciado e perceber os diferentes grupos compostos e as muitas especificidades existentes. Neste contexto cabe ressaltar o género como um aspeto essencial de análise diante do contexto migratório, haja visto que se constitui como eixo organizador das migrações. É através deste viés que as decisões de fuga são estabelecidas, assim como as trajetórias e ações diante da mobilidade. Os impactos do fluxo migratório e a vivência do refúgio estão intimamente ligados ao género. É importante perceber que neste viés de análise estão presentes diferentes discriminações, desigualdades sociais, assimetrias de poder e lugar social. Um universo de subjetividade a ser analisado.

Tal assimetria é possível observar diante da grande invisibilidade vivenciada pela mulher enquanto agente e sujeito das migrações, invisibilidade estendida as políticas públicas, leis e projetos destinados a este público, que desenvolvem suas ações a partir de uma perspectiva patriarcal e masculina. Neste sentido, torna-se fundamental discutir acerca do género e o refúgio, ou seja, compreender a vertente de género e sua relação com o fenómeno do refúgio. É preciso uma aproximação as mulheres que se encontram em situação de mobilidade, buscando conhece-las a partir do seu contexto histórico - social - cultural, compreender suas vivências e perspectivas diante deste movimento. Cabe ressaltar que esta aproximação deve perspectiva-las enquanto protagonistas e agentes de suas vidas e seu processo migratório.

Sendo assim, a presente tese teve como principal objetivo buscar uma aproximação as realidades vividas pelas mulheres em situação de refúgio em Portugal. Por meio do trabalho etnográfico, da observação participante e entrevistas em profundidade com mulheres refugiadas e instituições que trabalham com este público, buscou-se uma maior proximidade e compreensão da vivência da mulher em situação de refúgio, seus desafios, necessidades, suas perspectivas diante deste contexto, além de buscar perceber a perspectiva das instituições, os trabalhos desenvolvidos e as possíveis ações e projetos que podem ser criados afim de contribuir para esta realidade. Haja visto que este público ainda vive uma invisibilidade em termos teóricos e práticos, esta tese vem a ser um compilado de importantes informações e perspectivas acerca da realidade de mulheres a viverem em situação de refúgio no país, com os desafios e possibilidades que este momento de vida acarreta. Cabe ressaltar que este trabalho possui a perspectiva de um olhar inovador, ao ouvir um público recém-chegado ao país, que está em plena vivência dos processos de acolhimento, integração e mudanças advindas do asilo, sendo de suma importância ouvir seus relatos e compreender suas vivências, visando possibilitar um espaço de escuta e protagonismo. Além disso, agrega-se a este olhar, a percepção das entidades, que são participantes do processo de asilo e possuem diferentes perspectivas sobre esta realidade.

Faz-se importante perceber a grande heterogeneidade presente neste público. Ao pensar no público de mulheres refugiadas, é de suma importância compreender que se trata de um grupo muito diverso, com diferentes experiências, realidades e percepções. Não é possível homogeneizar os discursos ou as vivências, pois são singulares a cada indivíduo. É preciso uma aproximação cada vez maior a esta realidade, e possibilitar espaços de escuta e troca. Interessante observar, que ao longo do trajeto migratório, desde a decisão por buscar asilo, estas mulheres vivenciaram a impossibilidade da escolha. A impossibilidade de escolher permanecer no seu país, a impossibilidade de escolha sobre o país de destino, a cidade em que seria acolhida, a casa que iria morar, sendo relatado por elas que até mesmo suas roupas passam a não ser parte da sua escolha. É de suma importância diante deste público, que lhe seja devolvido um espaço de escolha, um espaço de “ser”, que haja uma maior aproximação das entidades e do Estado a estas mulheres e as percebam diante do seu papel de protagonistas, ouvindo suas necessidades, suas cosmovisões e possibilitem ações a partir do que elas trazem como importante e relevante. É preciso que as instituições conheçam aqueles que estão a chegar no país e deem respostas a partir deste conhecimento, tendo o/a migrante como foco.

Nota-se que as instituições possuem uma gama de informações e percepções sobre este público. A sociedade civil apresenta ações importantes direcionadas a entrada de mulheres no mercado de trabalho e o suporte diante dos novos papéis e necessidades apresentadas neste novo contexto. Ainda assim, das oito entidades entrevistadas, apenas três desenvolvem trabalhos específicos com mulheres. As entidades de acolhimento, que são as primeiras a terem contato com as mulheres quando chegam, revelam ainda estarem a trabalhar nas urgências, sem o desenvolvimento de ações que tenham em vista o viés do gênero e a especificidade da mulher. Além disso, os centros de acolhimento estão repletos de homens, com poucas possibilidades e oportunidades para o desenvolvimento e acolhimento destas mulheres. Ou seja, se reforçam as assimetrias de gênero, a tendência em englobar a categoria de deslocados em uma única perspectiva, sem estar atento a necessidade a individualidade das mulheres, e assim, potencializando as vulnerabilidades e a invisibilidade vivida através do gênero. É preciso compreender que o gênero é parte fulcral no fenômeno migratório e precisa ser perspectivado em termos de ações práticas. As entidades precisam estar atentas as mulheres, suas vivências e necessidades e desenvolverem ações que englobem a mulher como um todo, nos seus mais diferentes papéis desempenhados.

Conforme exposto ao longo deste estudo é conferido a mulher um espaço de dependência, passividade, vulnerabilidade e vitimização. Questiona-se diante dessa realidade se uma mulher que decide por fugir do seu país, devido a perseguições, violências, conflitos armados e enfrenta novas violências no trajeto, tendo que cuidar não somente de sua integridade física, emocional, psicológica, mas de sua família e filhos, pode ser perspectivada como uma pessoa frágil, passiva, sem voz, como tendencialmente se faz? A marginalização vivenciada pela mulher em situação de refúgio não está somente em seu papel de mulher e refugiada, mas em seu papel de mãe, esposa, filha, pois não lhe é conferida o devido peso e força diante de todas as suas responsabilidades, ações e potência. É sabido

que a mulher está socialmente em uma situação mais frágil e vulnerável diante da migração e migração forçada, mas isso ocorre, para além das violências impostas pela sociedade, devido as responsabilidades que lhe são conferidas enquanto mulher, que não demonstram fragilidade, mas sim força, ação, agencialidade.

A agencialidade foi presente significativamente ao longo deste estudo. As mulheres revelam grande força e pró atividade diante do seu novo contexto, sendo a fragilidade um tema não abordado por elas. Assumindo novos papéis, fortalecendo papéis antigos ou novos, como é o caso da maternidade, agregando papéis como a entrada no mercado de trabalho. Diante das incertezas impostas, como é o caso do fim do Programa de Recolocação, elas revelam preocupação, medo, mas muita iniciativa em como proceder afim de sobreviver neste novo país. A busca pela sobrevivência ainda é presente nos discursos, que apesar de já estarem em um país de acolhimento, ainda não encontraram um “refúgio”, um lugar seguro, mas continuam lutando pelos seus direitos, pela reunião familiar, pelas documentações, por respostas, pelo seu desenvolvimento e da sua família.

Dentre os muitos temas levantados pelas mulheres, pode-se ressaltar-se a necessidade de respostas, suporte e informações diante do novo país. Um maior auxílio por parte do Estado perante o fim do Programa de Recolocação. O acesso a língua portuguesa, o qual ao ser inviabilizado, impede o acesso aos serviços públicos, informações, socialização e real integração em Portugal. Ressaltam também uma falta de conhecimento por parte dos europeus com relação a realidade da mulher síria. A distância da família e ter a família em zonas de conflito surgem como temas de grandes preocupações. A maternidade, o fortalecimento da cultura de origem para com os filhos e a entrada no mercado de trabalho também foram temas presentes nas entrevistas. Ressaltam enquanto projetos importantes o desenvolvimento de espaços de trocas e conversas, além de projetos que auxiliem na capacitação e inserção em Portugal.

Diante das falas das mulheres, das necessidades evidenciadas, e todas as informações elencadas neste estudo a partir delas e das instituições, faz-se importante apontar alguns possíveis caminhos para dar respostas a estas questões. Nesse sentido, entende-se como fundamental uma maior articulação por parte das instituições, ou seja, que elas planeiem, se comuniquem e desenvolvam ações conjuntas destinadas a estas mulheres, com vistas ao seu desenvolvimento, empoderamento. É preciso um conhecimento cada vez mais aprofundado sobre o público que esta a chegar no país, tendo em vista sua história, cultura, seu trajeto, suas necessidades, um conhecimento que leve a ações eficazes e relevantes para elas. É fundamental que haja um trabalho para além das emergências, mas que se desenvolva de forma estratégica a longo prazo, e que apoiem as mulheres diante dos múltiplos desafios levantados. É de suma importância o desenvolvimento de um trabalho em rede pelas entidades, que se articulem e apoiem mutuamente, a partir de uma visão sistêmica sobre aqueles que tem chegado ao país. Destaca-se como importante o desenvolvimento de eventos de troca, treinamento de agentes públicos tendo em vista o viés do gênero e refúgio, uma articulação cada vez mais próxima entre as entidades e na relação

com as mulheres em situação de refúgio. Cabe colocar em prática a premissa estabelecida de acompanhamento dos refugiados diante do fim do Programa de Recolocação, e desenvolver ações que auxiliem na construção da vida no país. É fundamental conhecê-las, ouvi-las e a partir desta aproximação desenvolver caminhos e respostas.

Parte do trabalho etnográfico está baseado na percepção e reflexão do investigador diante do campo e contexto estudado. Sendo assim, peço licença para falar em primeira pessoa e trazer de forma breve minha experiência enquanto investigadora. O trabalho desenvolvido para esta tese foi realmente pautado na aproximação. Uma aproximação de mulheres, de novas culturas, contextos, instituições, de técnicos e pessoas que com paixão desenvolvem projetos afim de auxiliar o próximo. Mas também uma aproximação comigo mesma, enquanto mulher, migrante, a viver em Portugal a pouco tempo. Me aproximar destas mulheres, ser convidada para suas casas, para almoçar, tomar um chá, olhar a foto dos seus filhos no telemóvel, ou ser apresentada a eles, e compartilhar suas histórias foram momentos intensos. Conheci mulheres fortes, resilientes, alegres, políticas, com um grande desejo em crescer, aprender, romper e se desenvolver neste novo país. Mulheres que não se perspetivam enquanto frágeis ou vulneráveis, mas exaltam sua agencialidade e buscam respostas e auxílio perante suas necessidades. E diante disso me vi com uma grande responsabilidade em transpor esta aproximação a um nível mais amplo e académico. Conheci mulheres com nome, passado, presente, família, sonhos e muitos desejos para o futuro, sendo o maior deles, uma vida tranquila novamente. Mulheres, que estão a viver uma situação de refúgio, mas permanecem mulheres, disponíveis e ansiosas por maiores aproximações e ansiando para que esta aproximação seja possibilitada em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abranches, Maria (2007), *Pertenças fechadas em espaços abertos: Estratégias de (re)Construção Identitária de Mulheres Muçulmanas em Portugal*, Lisboa, ACIDI, I.P
- ACNUR (2016), *Global trends – Forced displacement in 2016*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/5943e8a34.pdf>, consultado em: 26.04.2018
- ACM (2017), *Relatório de Avaliação da Política Portuguesa de Acolhimento de Pessoas Refugiadas, de dezembro de 2017*. Disponível em: https://www.acm.gov.pt/documents/10181/27754/Relatorio_Acolhimento+Pessoas+Refugiadas_Dez.2017.pdf/d21546b3-7588-483d-92a3-fa8185d61b5b, consultado em: 28.04.2018
- Amaral, Aline Marchi do (2015), *Os diálogos internacionais sobre migrações na perspectiva de gênero*. Monografia de Graduação, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Direito. Universidade Federal de Santa Maria
- Benhabib, Seyla (2004), *The rights of others: Aliens, Residents and Citizens*. Cambridge, Cambridge University Press
- Brandão, Ana Maria (2007), *Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica*, Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/9630>, consultado em: 24.05.2018
- Baker, Deborah (1986), *Social Identity in the Transition to Motherhood*, em Suzanne Skevington e Deborah Baker, *The Social Identity of Woman*, Londres, SAGE Publications
- Butler, Judith (2003), *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
- Coelho, Joana Maria Botelho Lucas (2016) *Mulheres refugiadas em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Antropologia, Escola de Ciências Sociais e Humanas, ISCTE-IUL
- CPR (2017), *Dados estatísticos*. Disponível em: <http://www.cpr.pt/>, consultado em 24.04.2018
- D'Argemir, Dolors Comas(1995), *Trabajo, género, cultura:la construcción de desigualdades entre hombres y mujeres*. Barcelona, Icaria
- EMN (2018), *Annual Report on Migration and Asylum 2017*, European Migration Network
- Faist, Thomas (2018) *The moral polity of forced migration*, *Ethnic and Racial Studies*, 41:3, 412-423, DOI: 10.1080/01419870.2017.1324170
- França, Thais, (2017), *Reflexões sobre o II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013) a partir dos estudos de gênero e feministas*, em Beatriz Padilla, Joana Azevedo e Thais França (org.), *Migrações internacionais e políticas públicas portuguesas*, Lisboa, Mundos Sociais
- Freedman, Jane (2016), *Sexual and gender-based violence against refugee women: a hidden aspect of the refugee "crisis"*, *Reproductive Health Matters*, 24:47, 18-26, DOI: 10.1016/j.rhm.2016.05.003
- Luís, Alexandra Alves *et,al* (2017). *Mulheres refugiadas em trânsito entre discriminações múltiplas: Uma síntese das vozes. Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, (37), 127-132. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-68852017000100009&lng=pt&tlng=pt
- Lutz, Helma (2010), *Gender in the Migratory Process*, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol 36, nº10
- Magliano, Maria José (2013), *Los significados de vivir múltiples presencias: Mujeres bolivianas en Argentina*, *Migraciones Internacionales*, vol. 07, nº 1
- Miranda, Joana (2009), *Mulheres imigrantes em Portugal: memórias, dificuldades de integração e projectos de vida*, Lisboa, ACIDI, I.P
- Matias, Gonçalo Saraiva (2014), *Migração e Cidadania*, Lisboa, FFMS

- Merton, Robert (1968), *Sociologia: Teoria e estrutura*. São Paulo, Editora Mestre Jou
- Padilla, Beatriz (2007), *A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise*, em Jorge Macaísta Malheiros (org) *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, Paulinas Editora
- Padilla, Beatriz e Alejandro Goldberg (2017), *Dimensiones reales y simbólicas de la “crisis de refugiados” en Europa: Un análisis crítico desde Portugal*, Brasília, REMHU- Rev. Interdiscip. Mobil. Hum
- Padilla, Beatriz (2013), *Gênero y migraciones: Nuevas reconfiguraciones y protagonismo de las mujeres latino-americanas. A modo de introducción*. Anuário Americanista Europeu, 2221-3872, nº 11
- Ribeiro, Mario José Fernandes (2017), *Políticas de acolhimento de refugiados recolocados em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE-IUL
- Robbers, Gianna *et.al.* (2016), *Sexual Violence against refugee women on the move to and within Europe*, Disponível em: http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0018/319311/9-Sexual-violence-refugee-women.pdf?ua=1, consultado em: 20.05.2018
- Santinho, Cristina (2011), *Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: contornos políticos no campo da saúde*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia, Escola de Ciências Sociais e Humanas, ISCTE-IUL
- Santinho, Cristina (2012), *A importância da competência cultural no atendimento de saúde a refugiados e requerentes de asilo*. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5302/1/Santinho%2c%20Cristina%20%282012%29%2c%2012%2c%20pp.%20p.%2073-81.pdf>, consultado em: 20.04.2018
- Santinho, Cristina; Erika Masanet; Beatriz Padilla. (2014) *O acesso à saúde das mulheres imigrantes grávidas: para além das barreiras linguísticas*, em Beatriz Padilla, Sonia Hernández Plaza, Elsa Rodrigues, Alejandra Ortiz, (org.) *Saúde e Cidadania: Equidade nos cuidados de saúde materno – infantil em tempos de crise*, Lisboa, CICS-UM
- SEF (2016), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*, Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2016.pdf>, consultado em: 05.05.2018
- SEF (2017), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*, Disponível em: <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2017.pdf>, consultado em: 03.07.2018
- Serrano, Sónia (2017), *Mulheres Viajantes*, Lisboa, Tinta da China
- Sigona, Nando (2018) *The contested politics of naming in Europe’s “refugee crisis”*, Ethnic and Racial Studies, 41:3, 456-460, DOI: 10.1080/01419870.2018.1388423
- Schwinn, Simone Andrea e Marli Marlene Moraes da Costa (2016), *Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: a dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias do ACNUR no combate a essa violência*, Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/1100>, consultado em: 15.06.2018
- Telmo, H. Caria (org.) (2002), *Experiências etnográficas em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento
- Valéry, Françoise Dominique (2006), *As mulheres e o Islamismo*, em Araújo, Neuza de Farias, et al. (orgs.) *Relações Sociais e gênero: olhares cruzados América Latina Europa*. Natal, Editora EDUFRN

FONTES

ACNUR. *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*. Disponível em: http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

Assembleia da República. *Lei nº 26/2014 de 05 de maio*. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2014/05/08500/0260602637.pdf#1>.

Assembleia da República. *Resol. da AR nº 04/2013 - Convenção de Istambul*. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=&nid=1878&nversao=&tabela=leis.

Jornal Oficial da União Europeia. *Tratado sobre o funcionamento da União Europeia*. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. *CEDAW*. Disponível em: <http://plataformamulheres.org.pt/projectos/cedaw4all/>

ANEXOS

Anexo I – Guião de Observação

Dimensões de observação:

Projeto

Mulheres	(como se organizam para o evento, com quem interagem, nacionalidade, roupas, comunicação, comportamentos)
Mercado	(quem está presente, quais outros produtos oferecidos, como se organizam)
Homem	(como se relaciona com o projeto, qual seu papel e postura)
Clientes	(quem vem até a mesa, o que procura, como se comunica)
Observadora	(como eu me sinto frente ao papel de voluntária e observadora)

Aulas de Português

Mulheres	(como estão sentadas na aula, como se dá a participação, relações e posicionamentos)
Sala de aula	(qual a organização da sala, como está composta)
Homens	(como se relacionam nas aulas, qual papel e postura perante as mulheres)
Observadora	(como eu me sinto frente ao papel de observadora).

Anexo II - Guião de entrevista (Mulheres em situação de refúgio)

	OBJETIVO	Questão
Motivo da entrevista Objetivo da entrevista	Esclarecer sobre a entrevista	<ul style="list-style-type: none"> - Informar a entrevistada sobre o trabalho que estou desenvolvendo; - Solicitar a colaboração da mesma para a continuação do trabalho; - Garantir a confidencialidade dos dados e o anonimato da entrevista; - Solicitar a autorização para gravação de áudio da entrevista; - Informar que o nome da entrevistada será trocado por um nome fictício.
História de vida	Compreender a história de vida	<p>Gostaria que me falasse um pouco sobre você...</p> <p>Me conte um pouco da sua vida...</p> <p>Qual seu país?</p> <p>Sobre sua família?</p> <p>Como era seu dia a dia no seu país?</p>
Trajetória	Compreender a trajetória	<p>Gostaria que me falasse como foi sua trajetória até chegar em Portugal...</p> <p>Como foi a decisão de sair do seu país?</p> <p>Qual foi a trajetória até chegar em Portugal?</p> <p>Foi refugiada em outros países?</p> <p>Com quem veio?</p> <p>Sente que por ser mulher, este processo é diferente?</p>
Portugal	Compreender a chegada em Portugal	<p>Como foi sua chegada em Portugal, como foi quando chegou aqui?</p> <p>Como foi o processo em Portugal?</p> <p>Gosta do país?</p> <p>Foi acolhido por alguma instituição?</p>
Dia a dia	Compreender a vida em Portugal, rotina	<p>Gostaria que me contasse como é seu dia a dia em Portugal...como é estar trabalhando...</p> <p>O que te motivou a trabalhar?</p> <p>Já havia trabalhado antes? Como foi para conseguir o trabalho e começar?</p> <p>Quais foram os maiores desafios quando chegou?</p> <p>Como é para aprender português?</p> <p>Recebe algum apoio? Alguma instituição ajudou ou tem ajudado?</p>
Interações Sociais em Lisboa	Compreender a interação social em Lisboa	<p>Gostaria que me contasse sobre sua vida aqui...</p> <p>Conheceu pessoas novas? Fez amigos?</p> <p>Participa de alguma associação? Com quem costuma conversar?</p> <p>Como é a relação com os portugueses? Já sentiu discriminação?</p> <p>Tem alguma associação/ instituição que te ajuda?</p> <p>O que faz no tempo livre?</p>

Mulher	Compreender a realidade da Mulher refugiada	<p>Gostaria que me falasse como se sente como mulher? Estando como refugiada.</p> <p>Quais dificuldades encontrou por ser mulher? Quais os maiores desafios enfrentados?</p> <p>O que faz para lembrar de casa? Do que sente falta?</p>
Feedback	Perceber as Necessidades	<p>O que você gostaria que fosse diferente?</p> <p>Tem alguma ação que poderia ajudar ou facilitar a mulher refugiada?</p> <p>O que considera importante ser dito sobre esta realidade?</p> <p>Há alguma coisa que gostaria de acrescentar que eu não tenha perguntado?</p>

1) CARACTERIZAÇÃO

a) Instituição

- Nome da instituição.
- Histórico da instituição.

b) Público assistido.

- Qual o público assistido pela instituição? Como chegam até ela?
- Há refugiados atendidos, como se dá o atendimento?
- Há mulheres atendidas?

c) Ações e projetos.

- Qual o trabalho desenvolvido com refugiados?
- Há algum trabalho específico para as mulheres refugiadas?

2) REFUGIADOS EM LISBOA

d) Mulheres Refugiadas.

- Em linhas gerais, qual a caracterização das mulheres refugiadas atendidas? (Tipo de estatuto. Nacionalidade. Idade. Estado Civil. Religião. Família – filhos. Número de mulheres - Dados)
- De acordo com a experiência vivenciada pela instituição:
Quais são as necessidades apresentadas por estas mulheres?
Quais as diferenças na integração de mulheres?
Quais os desafios na integração de mulheres?
Como percebe a inclusão destas mulheres na comunidade portuguesa? Desde a chegada ao aeroporto ao dia a dia em Lisboa.
- Como se dá os processos de reagrupamento familiar para mulheres desacompanhadas de seus maridos?
- Qual as ações desenvolvidas para o apoio aos refugiados após os 18 meses de contrato?

e) Projetos.

- A instituição sente a necessidade de algum trabalho/projeto para ser feito com estas mulheres?
- Diante da realidade vivenciada, o que poderia ser feito como projeto, afim de auxiliar na integração das mulheres refugiadas?